

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA — PPGTE

A FORMAÇÃO DO TÉCNICO AGRÍCOLA
NO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
DE SÃO VICENTE DO SUL/RS

VANDERLEI BELTRÃO DE VARGAS

CURITIBA/PR

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VANDERLEI BELTRÃO DE VARGAS

**A FORMAÇÃO DO TÉCNICO AGRÍCOLA
NO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
DE SÃO VICENTE DO SUL/RS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA — PPGTE como requisito parcial à obtenção do grau de *Mestre em Tecnologia* — Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ.

ORIENTADOR: Prof. Dr. MÁRIO LOPES AMORIM

CURITIBA/PR

2008

VANDERLEI BELTRÃO DE VARGAS

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da UTFPR – Campus Curitiba

V297f Vargas, Vanderlei Beltrão de
A formação do técnico agrícola no Centro Federal de Educação
Tecnológica de São Vicente do Sul/RS / Vanderlei Beltrão de
Vargas. – 2008.
94 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Mário Lopes Amorim
Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, 2008
Bibliografia: f. 81-5

1. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul.
2. Ensino técnico. 3. Ensino profissional. 4. Técnicos agrícolas.
I. Amorim, Mário Lopes, orient. II. Universidade Tecnológica Federal
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. III. Título.

CDD 600

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 268

A Formação do Técnico Agrícola no CEFET SVS

por

Vanderlei Beltrão de Vargas

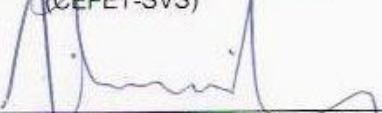
Esta dissertação foi apresentada às 14 HORAS
do dia **08 de dezembro de 2008** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE
EM TECNOLOGIA, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, Programa de Pós-Graduação
em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi argüido pela
Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca
Examinadora considerou o trabalho APROVADO

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado)

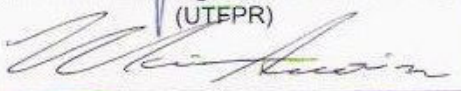


Prof. Dr. Celso Silva Gonçalves
(CEFET-SVS)

Prof. Dr. Marcelo Marcos Muller
(UERGS)

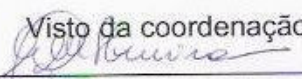


Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho
(UTFPR)



Prof. Dr. Mario Lopes Amorim
(UTFPR)
Orientador

Visto da coordenação:



Profª. Drª. Luciana Martha Silveira
Coordenadora do PPGTE

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que me tem proporcionado e por ter aberto as portas para realização deste mestrado.

À minha esposa Elba e à minha filha Bárbara, por compreenderem as minhas ausências em suas vidas, por me fazerem aflorar as forças necessárias para que eu jamais desistisse ante os obstáculos surgidos, pela compreensão diante da impaciência e incentivos constantes, quando me sentia prestes a fraquejar.

Ao meu coordenador e orientador, professor Mário Lopes Amorim, por acreditar na proposta deste trabalho.

Ao corpo diretivo do CEFET SVS/RS de São Vicente do Sul – RS, por conceder a liberação para a conclusão do curso.

Aos colegas de curso, que tanto me incentivaram para que eu não desanimasse em minha empreitada, especialmente a Marilene Vilhena de Oliveira.

Aos alunos egressos do CEFET SVS/RS, por tanta dedicação e desempenho na aplicação e retorno dos questionários, cujas respostas precisas serviram para estruturar este trabalho.

Às funcionárias do CEFET SVS/RS Cláudia Delevati Bastos, Ângela Maria Dubou, Márcia Fernandes Cassol, Fabiano Damasceno e aos professores Rogério Cassanta Rosado e Marcos Gregori Ramos Hernandes, pelas palavras de carinho e gentilezas quando me sentia desanimado.

Ao CAPES pelo apoio concedido através da bolsa de pós-graduação.

Aos professores do mestrado Domingos Leite Lima Filho, Dálcio Roberto dos Reis, Hélio Gomes de Carvalho, Herivelto Moreira, Marília Gomes de Carvalho, Luciana Martha Silveira, Maclovio Corrêa da Silva, Nanci Stancki Silva e Nilson Marcos Dias Garcia, pelos ensinamentos preciosos deles recebidos.

Aos demais membros da família e a amiga Maria Helena Amaral Remer, por sempre terem acreditado nas potencialidades intelectuais e persistência que me impulsionaram na busca das metas de crescimento propostas.

Ao meu pai (*in memoriam*), por ter investido em minha formação intelectual na convicção de que não o desapontaria em relação aos princípios norteadores de minha vida estudantil e profissional, por servir-me como guia e amparo em momentos de incertezas.

RESUMO

A caracterização do papel dos egressos dos cursos concomitantes e sequenciais de Técnico Agrícola com habilitação em Agricultura e Zootecnia no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que ressalta os efeitos positivos produzidos por ele no que tange à formação concluída, ainda pode abrir a discussão sobre a política educacional, sobre o seu evoluir histórico e sobre a condição do conhecimento como fator intermediário para se atingirem as metas voltadas à obtenção do sucesso deles junto ao mundo do trabalho. Nessa caracterização, exploram-se elementos do cenário educacional, administrativo, econômico e do mercado de trabalho com o intuito de se apresentar um parecer imparcial a respeito do posicionamento, da aceitação e do desempenho do ensino técnico profissionalizante nas áreas da agricultura e zootecnia. Nesse sentido, este trabalho objetiva-se a analisar as respostas obtidas através de questionamentos sobre a qualidade do ensino ministrado no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e os benefícios gerados por ele junto aos egressos no período de 2002 a 2007, valorizando-se a visão pessoal deles, cuja tabulação dos resultados centra-se na metodologia da pesquisa bibliográfica e observacional e em análises quali-quantitativas. Para dar maior visibilidade a linha de ação adotada, dividiu-se a pesquisa em quatro fases: a primeira refere-se à fundamentação teórica; a segunda, ao lançamento e análise dos dados; a terceira discorre sobre o papel da educação profissionalizante como agente de interação do egresso e o mercado e a quarta remete à análise dos resultados obtidos. Desenvolvidos esses passos, conclui-se que há vários pontos a serem abordados e refletidos, mas que resultam, em primeiro plano, num posicionamento favorável ao ensino do CEFET SVS/RS e à promoção de seu egresso junto ao campo de sua atuação, ressaltando que ambos servem como parâmetros adotados para confirmar a qualidade do ensino oferecido pelo estabelecimento em análise e para interligar a teoria dos conhecimentos com a prática operacional da realidade. Busca, também, evidenciar a importância de toda a estrutura educacional, didática e pedagógica alicerçada em metodologias direcionadas para se atingir a qualidade do ensino como base sólida para a melhor preparação de seus alunos para atender as exigências do mundo do trabalho. Após a constatação da realidade sobre o tema em questão, detectaram-se algumas transformações ou inovações que podem ser incrementadas junto ao cenário estudado, tais como uma melhor aproximação e consolidação de vínculos duradouros através da realização de retroalimentação constante, capazes de tornar ainda mais eficiente a relação estabelecida entre CEFET SVS/RS, egressos e mercado de trabalho com vistas ao oferecimento de um ensino técnico profissionalizante de qualidade.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino Profissionalizante, Egressos, Técnico Agrícola.

ABSTRACT

The characterization of the role of graduates of the courses and concurrent sequential with empowerment in Agricultural Technical Agriculture and Animal Science in the labor market, while also emphasizes the positive effects produced by him with regard to training completed, can still open the discussion on educational policy, its history and move on the condition of knowledge as an intermediary factor to meet the goals aimed to achieve the success of them with the world of work. In this characterization, operating elements of the educational, administrative, economic scenario and of the labor market with the aim of submitting a fairness opinion regarding the positioning of acceptance and performance of vocational technical education in the areas of agriculture and zootechnics. Accordingly, this study aims to examine the responses obtained from questions about the quality of teaching in the Technological Education Federal Center of São Vicente do Sul and the benefits generated by it with the graduates during the period from 2002 to 2007, valuing It is the personal view of them, whose tabulation of the results focuses on the methodology of the literature and observational research and qualiquantitativas analysis. To give more visibility to line of action adopted, the research was divided into four stages: the first refers to the theoretical basis and the second is the launch and data analysis, the third discusses the role of vocational education as an agent of egress and the interaction of market and the fourth refers to the analysis of the results. Developed these steps, it appears that there are several points to be discussed and reflected, but that result in the foreground, a position favorable to the teaching of CEFET SVS/RS and the promotion of their egress from the field for their actions, emphasizing that both serve as parameters used to confirm the quality of education offered by the establishment in question and to link the theory of knowledge with the practice operational reality. Search, too, highlighted the importance of the whole educational, didactic and pedagogic structure in methodologies based on targeted to achieve the quality of education as a sound basis for better preparation of students to meet the demands of work. After a finding of fact on the topic in question, found a few changes or innovations that can be added next to the environment studied, such as better approach and consolidation of links with the holding of constant retrofood, able to make it more efficient the relationship between CEFET SVS/RS, graduates and the labor market with a view to offering a vocational technical education of quality.

KEY WORDS: Vocational Education, Graduates, Agricultural Technician.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Frequência relativa por intervalos de classe de idade sobre os egressos entrevistados.....	60
FIGURA 2 - Frequência relativa por sexo sobre os egressos entrevistados	61
FIGURA 3 - Alunos matriculados nas modalidades Subseqüente (Agricultura e Zootecnia) e Concomitante (Agricultura e Zootecnia)	62
FIGURA 4 - Atendimento das expectativas dos alunos egressos quanto à formação profissional	63
FIGURA 5 - Satisfação dos alunos egressos quanto ao Tempo de duração do curso	63
FIGURA 6 - Relevância das disciplinas básicas para a formação profissional do Técnico Agrícola	64
FIGURA 7 - Significância das disciplinas profissionalizantes da formação do Técnico Agrícola	65
FIGURA 8 - Articulação entre as disciplinas profissionalizantes e básicas na formação profissional do Técnico Agrícola – Concomitante. Agricultura.....	66
FIGURA 9 - Articulação entre as disciplinas profissionalizantes e básicas na formação profissional do Técnico Agrícola – Concomitante Zootecnia.....	66
FIGURA 10 - Atuação profissional dos egressos em sua área de formação.....	67
FIGURA 11 - Ocupação dos egressos de Técnico Agrícola do período 2002-2007 do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul	68
FIGURA 12 - Dificuldades dos egressos em acompanhar transformações e/ou inovações tecnológicas	69
FIGURA 13 - Fonte de renda dos egressos (2002-2007) Técnicos Agrícolas do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS	69
FIGURA 14 - Faixa salarial mensal dos egressos Técnicos Agrícola do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS.....	70
FIGURA 15 - Egressos Inseridos em Curso Superior pós-formação Técnica Profissionalizante	71

FIGURA 16 - Alunos matriculados em diferentes Cursos Superiores	72
FIGURA 17 - Formas de Contato do Egresso com o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS	72
FIGURA 18 - Porcentagem de alunos egressos que indicam o Curso Técnico Agrícola do Centro Federal de São Vicente do Sul/RS	73
FIGURA 19 - Recebimento de informações dos egressos sobre atividades acadêmicas	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB e CC	Código Civil Brasileiro / Código Civil
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET SVS	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica/BR
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DE	Diretoria de Ensino
DIREC	Departamento de Relação Empresa-Comunidade
DIPE	Diretoria de Produção e Pesquisa
DEMT	Departamento de Ensino Médio e Técnico
DOU	Diário Oficial da União
EC	Emenda Constitucional
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FENATA	Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas
IFETs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IN	Instrução Normativa
IRGA	Instituto Rio-Grandense do Arroz
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério de Educação e Cultura
n. / nº.	número
NBR	Norma Brasileira de Regulamentação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGTE	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia UTFPR
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PR	Paraná

PROEJA	Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos
RS	Rio Grande do Sul
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINTARGS	Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul
STIC	Setor de Tecnologia da Informação/Comunicação
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UEP	Unidades Educativas de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 APRESENTAÇÃO	13
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 O PROBLEMA E A SUA IMPORTÂNCIA	17
1.4 OBJETIVOS	18
1.4.1 Objetivo Geral	18
1.4.2 Objetivos Específicos	18
1.5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	18
1.5.1 Caracterização Metodológica	18
1.5.2 Coleta dos Dados e Amostragem	19
1.5.3 Análise dos Dados	20
1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS	20
1.7 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	21
2 O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	22
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	23
2.1.1. A Legislação: Decretos n. 2.208/97 e 5.154/2004	28
2.1.2 Estrutura da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	29
2.2 O ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL	30
2.3 HISTÓRICO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS	34
2.3.1 Cenário do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS hoje	36
3 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE E O PERFIL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS	40
3.1 A RELAÇÃO ENSINO PROFISSIONALIZANTE, EGRESSO E MUNDO DO TRABALHO	42
3.1.1 Escola Média e Sociedade: um Problema Político, Econômico ou Social ?	42
3.1.2 O Espaço do Trabalho e as Exigências da Sociedade	43
3.2 A LEGISLAÇÃO E AS TRANSIÇÕES NO MEIO EDUCACIONAL	46

3.3 O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS: PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS	49
3.4 A IMPORTÂNCIA DO EGRESSO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS COMO CONTATO DA REALIDADE EDUCAÇÃO × FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL.....	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO E CONVITE DE PARTICIPAÇÃO AOS EGRESSOS DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE DO SUL/RS, VISUALIZADO NA PÁGINA HTML	86
APÊNDICE B – MODELO DE INSTRUMENTO DE PESQUISA ACESSADO VIA INTERNET PELOS EGRESSOS DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS, NO PERÍODO ENTRE 19/SET/2007 A 21/NOV/2007	87
APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE DADOS COMPLEMENTARES À INSTITUIÇÃO (1).....	90
APÊNDICE D – SOLICITAÇÃO DE DADOS COMPLEMENTARES À INSTITUIÇÃO (2).....	91
ANEXO 1 - Grade Curricular, Técnico Agrícola (Agricultura).....	92
ANEXO 2 - Grade Curricular, Técnico Agrícola (Zootecnia)	93
ANEXO 3 - Grade Curricular, Ensino básico.....	94

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Criar, aprender, aperfeiçoar-se e trabalhar, elementos embasadores para a formação de seres plenamente integrados em quaisquer tipos de atividades produtivas, fazem parte das várias dimensões da vida social. As relações que vinculam trabalho, tecnologia e educação não se limitam às preocupações com a sua simples adequação ao cenário da produção e da economia, pelo contrário, são gestoras de toda uma preparação que permite visualizar a realidade e a capacidade de interceder nela e a favor de si mesma, que é o caso desta proposta em analisar e avaliar a trajetória dos egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET SVS/RS), dos cursos Técnico com habilitação em Agricultura e Zootecnia (seqüencial e concomitante), que colaram grau a partir do ano de 2002 até o ano de 2007.

Órgãos como o próprio Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, o Conselho Nacional de Educação, entre outros, sempre procuram repensar e não medir esforços em razão da qualidade do ensino, para que a escola também repense e visualize soluções mais acertadas para seus problemas, verificando o que dela depende e o que depende de outras instâncias da realidade institucional. Para que isso aconteça, direção e corpo docente devem investir-se de coragem e arrojo suficientes para rasgarem paradigmas e adotarem novas posturas pedagógicas que venham ao encontro das reais necessidades dos educandos e os conduzam, com sucesso, para a realização das atividades no mundo do trabalho para o qual foram formados.

As instituições de ensino agrícola, ao se envolverem com as suas múltiplas atividades educacionais, muitas vezes não procuram estimular mecanismos que promovam o alcance dos processos de análise e reconhecimento de suas ações num contexto mais amplo. A publicação *Educação Agrícola 2º Grau* (MEC/SEPS/COAGRI 1983, p. 34) aponta que outros mecanismos deverão ser considerados na formação dos Técnicos Agrícolas e na função que assumem os CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (CEFETs), tais como a avaliação da realização pessoal e o desempenho profissional dos egressos, de modo que possam utilizar, mais sistematicamente, esses conhecimentos nas suas decisões educacionais. Destaca também que as atividades curriculares devem situar o futuro egresso na sua realidade

profissional, a fim de que possa ter uma percepção mais real de sua área de atuação quando da inserção no mercado de trabalho. Isso não vem acontecendo, visto que, embasados em opiniões de egressos, às vezes, os CEFETS nem sempre os capacitam para determinadas funções ocupacionais, pois há uma ação mais no sentido academicista do que prática, tecnológica e acordada com a realidade do mundo do trabalho que absorve essa mão de obra.

Dinamizar os processos de acompanhamento e de avaliação do desempenho dos egressos, assim como apoiar a busca de novas alternativas para a questão da inserção do Técnico Agrícola no mundo do trabalho, requer, portanto, um olhar constante das ações desenvolvidas por esse profissional nos setores da economia, especialmente no setor primário.

A necessidade de recursos humanos com maior experiência é uma constante exigência do mercado de trabalho e o direcionamento de estudos, nesse nível, virá ampliar um maior questionamento sobre o assunto e, conseqüentemente, fará surgir novas contribuições às escolas, mostrando sua própria atuação e dos seus egressos na sociedade. Nesse sentido, o acompanhamento dos egressos trará a retroalimentação da ação empreendida no âmbito em que se instalarem, atuando como pólo gerador de conhecimentos e formador de profissionais de nível médio, que atuarão junto aos produtores rurais.

Sobre esse panorama e sobre a atuação do Técnico em Agropecuária no Rio Grande do Sul, Veleda (1970, p. 93) chegou à conclusão de que instituições não dispõem de avaliação correta, e, portanto, cabe-lhes utilizar alternativas viáveis no sentido de assistir o aluno e mostrar-lhe a realidade a ser vivenciada enquanto técnico e egresso inserido no mercado de trabalho. O que, lamentavelmente, pode-se verificar é que não existe um acompanhamento eficiente e sistemático das instituições junto aos seus egressos, o que, em termos de uma reformulação curricular, se tal for feito, pode proporcionar valiosas contribuições ao se valerem de relatos da realidade profissional, que, muitas vezes, não são mostrados durante o processo de formação, o que inviabiliza muitas ações nascituramente produtivas, tendo em vista que o conhecimento das opiniões de seus egressos a respeito do grau de concordância entre a atividade profissional e a preparação recebida deveria ser preocupação constante dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), especialmente no espaço da formação agrícola, no sentido de avaliar o seu papel na vida profissional do técnico.

Com base nas dificuldades que muitas instituições de Ensino Agrícola têm para cumprir os seus objetivos específicos (formação de seus técnicos), são de grande valia as informações prestadas pelos seus egressos em função das diferentes situações vivenciadas e exercitadas nas fontes empregatícias, com intuito prioritário de corrigir toda a sorte de desvios que, no caminhar deles, venham a ser constatados e que, ao tomarem conhecimento dessas

falhas, as entidades educacionais possam reavaliar pedagogias, para que os objetivos norteadores de suas ações sejam repensados e readaptados a essa nova ordem emanada dos anseios e expectativas de todos os seus alunos.

Considerando o enfoque, somente se terá um desempenho eficiente e ter-se-ão palpáveis as ações a serem redimensionadas, a partir do momento em que uma pesquisa desenvolvida e formatada em bases sólidas venha revelar, por meio das opiniões emanadas dos próprios egressos, quais as dificuldades encontradas por eles em seu agir profissional e que espécies de melhorias deverão ser tomadas pela escola que os preparou, de sorte que os objetivos de ambos sejam alcançados com sucesso.

O conhecimento acerca do que realmente pensam os seus egressos a respeito do grau de concordância entre a atividade profissional e a preparação recebida deve ser a preocupação maior e permanente dos Centros Federais de Educação Tecnológica, no sentido de avaliar o seu papel na vida profissional do técnico e proceder às mudanças que se fizerem necessárias, partindo de novos subsídios que deverão ser enriquecidos pelas críticas e opiniões daqueles que já atuam no mercado de trabalho. Com relação ao CEFET SVS/RS, na tentativa de abordar o mais isentamente possível esses aspectos e sugerir modificações por meio dos questionamentos propostos aos egressos daquela casa de ensino, e dos resultados obtidos, valeu-se delas como embasamentos valiosos para o desenvolvimento desse estudo.

1.2 JUSTIFICATIVA

Torna-se importante essa modalidade dinâmica de investigação, por intermédio do CEFET SVS/RS, tanto pela sua representatividade regional como por ser considerada uma instituição dinâmica, que desenvolve vários cursos além daqueles tradicionalmente conhecidos, formadora de técnicos de nível médio, treinados para a atuação no setor primário da economia, em atividades diretamente ligadas à área da agropecuária, além disso, investiga a formação do egresso no CEFET SVS/RS transforma-se em um desafio e em uma oportunidade de esclarecer vários pontos que se unem em razão da educação, do mercado de trabalho, da formação profissional e pela condição do autor deste estudo como sendo originário do meio rural e, hoje, atuar na práxis docente, visando à formação integral desses alunos.

Outro aspecto relevante da pesquisa é a contribuição que a mesma trará para a instituição e também para seus egressos, uma vez que a variável *ensino-formação profissional* pesa, fortemente, na produtividade do trabalhador do campo, contribuindo para que a renda auferida seja pouco mais que simbólica; por outro lado, não se afirma que a solução para o problema dos que vivem nas áreas agrícolas ocorra, exclusivamente, pela educação e pela formação profissional; ressalta-se, isso sim, que a privação educacional constitui sério obstáculo para elevar a qualidade de vida daqueles que interferem ou subsistem no meio rural.

O ser humano, se lhe agregarem o conhecimento e a formação profissional, como o caso do ensino agrícola, terá incorporado a ele importantes instrumentos de trabalho, que o edificam enquanto cidadão, na medida em que participa dos avanços tecnológicos para responder, com seu esforço, a uma sociedade que se sustenta pelos aspectos quantitativos e qualitativos na produção, conseguidos pela excelência do desenvolvimento do campo educacional, por tais motivos, para que a atividade agrícola torne-se produtiva e possa desempenhar satisfatoriamente o seu papel social, é urgente aumentar a velocidade com que são difundidas as técnicas capazes de mudar a situação das populações do campo.

Ninguém duvida da necessidade urgente de mudanças nos paradigmas educacionais; a grande dúvida é se os esquemas de ensino agrícola e/ou da educação rural terão capacidade de promover as mudanças na velocidade que o Brasil e o mercado de trabalho impõem (LEAL, 1983, p. 119).

A partir dessa contextualização, na linha da trajetória de estudo no Mestrado em Tecnologia e Trabalho, é que se justifica o tema *A Formação do Técnico Agrícola no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS*, relacionando os contextos que envolvem os egressos, o mercado de trabalho e o ensino agrícola, pois o CEFET SVS/RS se tornou um modelo de instituição que é referência regional na formação e capacitação de recursos humanos e que paralelamente exercita a responsabilidade social e a formação integral do cidadão, demonstrando que, entre muitos fatores, a formação do Técnico em Agropecuária de nível médio assume um papel importante e desejado por todos os membros que interagem nesse contexto, cooperando no desenvolvimento do setor agrário.

1.3 O PROBLEMA E A SUA IMPORTÂNCIA

A problemática, que caracteriza o contexto deste estudo, trata das implicações que envolvem a formação do Técnico Agrícola, os reais motivos que levam os governos a olharem, com um pouco mais de atenção, os interesses econômicos a partir do meio rural, a dinâmica do mercado de trabalho em absorver recursos humanos para o setor secundário da economia e a contribuição necessária ao aperfeiçoamento na formação intelecto-profissional dessa clientela e a examinarem, embora superficialmente, o tipo de educação que lhe é oferecido nos espaços escolares.

Cabe aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), especializados em cursos para Agropecuária, um relevante papel, atuando na fixação dos homens no meio rural e o resgate de valores que estão se perdendo em razão da tecnologia e da industrialização, por meio de sua educação técnica, direcionando-os ao uso constante das habilidades intelectuais e manuais, fazendo com que a educação aja como um propulsor da economia local mas também da formação cidadã, revestindo-se de grande importância nesse contexto.

Às instituições de ensino técnico fica, portanto, a responsabilidade de formar um profissional agrícola capacitado para o mercado de trabalho. Nesse contexto, situam-se os métodos de ensino adotados pelos CEFETs, que priorizam os cursos ligados à agropecuária, ao mesmo tempo em que asseguram aos seus egressos condições fundamentais para os prepararem, o mais eficazmente possível, nos aspectos técnico-pedagógicos norteadores da profissão.

Neste estudo se concentra toda a dinâmica que norteia e influencia na qualificação do Técnico Agrícola, durante sua formação e após sua inserção no mundo do trabalho, tanto nas falas dos próprios egressos, que já se encontram em atividade, como no dizer dos técnicos de nível médio, atuantes em diversas regiões do país, mesmo que falhas nesse processo sejam verificadas.

Portanto, o problema que se situa nesse estudo, diz respeito à formação recebida pelos egressos enquanto alunos nos cursos de técnicos agrícolas com a habilitação em Agricultura e Zootecnia pelo CEFET SVS/RS, cabendo revisar se tal formação corresponde às exigências pessoais dos egressos e dá respaldo às expectativas geradas no seio da sociedade em relação ao mundo do trabalho.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

- Analisar o papel do CEFET SVS/RS e a formação recebida pelos egressos dos cursos de Técnico Agrícola em Agricultura e Zootecnia, e a correspondência dessa formação sobre o mundo do trabalho em que irão atuar.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Identificar a inserção e aceitação do Técnico Agrícola no mundo do trabalho, bem como a visão dos egressos a respeito da mesma;
- Verificar a compatibilidade entre a realidade ocupacional dos egressos e seu grau de satisfação nesse processo;
- Constatar, com base na fala dos egressos do curso de Técnico Agrícola em Agricultura e Zootecnia, se a estrutura curricular vigente no período de estudo, está direcionada a atender, satisfatoriamente, a realidade encontrada no mundo do trabalho.

1.5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

1.5.1 Caracterização Metodológica

O tema e o estudo propostos serão desenvolvidos, inicialmente, por intermédio da pesquisa bibliográfica que, segundo Moreira e Caleffe (2006, p. 74), significam a revisão da literatura reconhecida e já pronta, capaz de valorizar pontos de vista e oferecer novas alternativas ou respostas a um problema-tema já reconhecido — privilegiam-se autores como

CUNHA (1991), FERRETTI (1994), FONSECA (1986), FRIGOTTO (1998), KUENZER (1997), MANFREDI (2002), entre outros que citam e comentam sobre política, educação, economia e outros temas que interessam neste estudo.

Utiliza-se também, conforme Moreira e Caleffe (2006), a pesquisa de campo observacional, do tipo de levantamento com estudo descritivo:

O levantamento (*survey*) é o tipo de pesquisa descritiva mais comum, que inclui a utilização de questionários, entrevistas e levantamentos normativos [...]. A pesquisa observacional é um método de obter dados quantitativos e qualitativos a respeito de pessoas e situações, e estudos de correlação determinam e analisam relações. Como em outros tipos de pesquisa, perguntas ou hipóteses podem ser usadas para orientar a investigação [...]. As informações para responder o problema da pesquisa ou testar a hipótese são obtidas na forma de mensurações, descrições [...] (MOREIRA; CALEFFE, 2006, p. 77).

1.5.2 Coleta dos Dados e Amostragem

Por intermédio da pesquisa de campo, segundo os mesmos autores (2006), houve intervenção de forma a validar e complementar dados que se referem ao problema, dessa forma, aplicou-se um questionário *online* qualiquantitativo composto de 19 (dezenove) questionamentos com questões fechadas/abertas (APÊNDICE A), que poderiam ser aplicados ao universo de 560 (quinhentos e sessenta) egressos, nas condições abaixo enumeradas.

— Formandos dos anos de 2002 a 2007:

✓ Subseqüentes (Agricultura): 153;

✓ Subseqüentes (Zootecnia): 136;

— Formandos do ano de 2002 a 2007:

✓ Concomitante (Agricultura): 168;

✓ Concomitante (Zootecnia): 103;

A amostragem toda é proveniente do CEFET SVS/RS, baseada em egressos, localizados e atuando nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná, Goiás, entre outros, nos meses de setembro e novembro de 2007, cujas respostas foram obtidas no período de dezembro/2007 a janeiro/2008.

1.5.3 Análise dos Dados

A análise dos dados compreende a organização das respostas e que está configurada sob a forma de figuras/tabelas elaboradas com o auxílio do programa Microsoft Excel, com expressões em percentuais e em análises descritivas.

1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

O presente estudo está distribuído da seguinte maneira:

- No título **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL** se faz uma revisão crítica sobre o evoluir histórico da educação e do ensino no país, embasada em aspectos que caracterizam a própria educação e em políticas que a norteiam, uma vez que interessa a visão desse processo como um todo dinâmico e integrado para se promover uma visão entre o passado e o presente com a finalidade de se explicarem pontos que orientam o contexto educacional na sociedade.
- Em **O ENSINO PROFISSIONALIZANTE E O PERFIL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS** está contida a análise sobre o macro e micro ambiente do CEFET SVS/RS, para esclarecer e imprimir o significado da realidade educacional em que colabora, age e responde aos anseios da sociedade, da mesma forma que se vale da opinião emanada de seus egressos para ratificar a percepção daquele estabelecimento de ensino dentro e fora do contexto em que se insere.
- No item **A RELAÇÃO ENSINO PROFISSIONALIZANTE, EGRESSO E MUNDO DO TRABALHO**, processa-se a discussão a respeito da função da educação técnica-profissional, se de subserviência ao mercado do trabalho, ou de cumprir a formação do discurso pedagógico, que é de formar um cidadão comprometido com a sociedade através do desenvolvimento de suas capacidades;
- No capítulo **O ESPAÇO DO TRABALHO E AS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE**, trata-se de evidenciar os aspectos qualitativos e os quantitativos

que repercutirão na "Análise dos Resultados", por conseguinte, exprime, em linhas gerais, o significado do tipo de formação que ocorre no ambiente do CEFET SVS/RS e a influência dela sobre os alunos, que são, paulatinamente, absorvidos no mercado de trabalho diverso e exigente.

1.7 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O desenvolvimento desta pesquisa procura intervir de forma investigativa sobre o CEFET SVS/RS, ressaltando a realidade dos seus egressos a partir do ano de 2002, enfatizada na percepção do autor deste estudo sobre a realidade educacional e a formação profissional vivenciadas nessa entidade educativa.

2 O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional é algo recente no contexto da educação brasileira, passando a figurar na nova LDB, pela Lei nº. 9.394/96, Cap. III, Art. 39, que diz: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, ou seja, partindo dessa lei, nasce uma nova modalidade de formação com vistas ao mercado de trabalho (BRASIL, 1996).

Sob esse novo paradigma, foi preciso reorganizar a política educacional para assim haver controle sobre a demanda das várias titulações¹ que estavam sendo criadas e gerando certa preocupação pelo descontrole de tanta titulação que até poderia não corresponder ao mundo do trabalho e de suas necessidades.

Não obstante a lei que previa que “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho [...]”² (BRASIL, 1996), salvo alguns poucos programas, os cursos oferecidos estavam desvinculados da elevação de escolaridade, ou seja, não tinham condições de se equivalerem a uma formação realmente educacional/profissional pela ausência de metodologias de educadores específicos, de recursos materiais, dentre outros problemas.

A rede federal e grande parte da rede estadual buscaram reorganizar seus sistemas de ensino médio técnico para atender às normas do Decreto nº 2.208, que estabelece, entre outras coisas, o grau organizacional da Educação Profissional em três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico (Cf. Artigo 3º, da LDB).

O Decreto 2.208/97, formulado no governo de Fernando Henrique Cardoso, estaria representando um retrocesso na educação profissional no Brasil, pois, ao desvincular os cursos de formação profissional da escolaridade (básica e superior) acabou por isentar as esferas federal/estadual/municipal de assistirem o sistema educacional de forma direta e, como a educação profissional já não se vinculava a nenhum desses níveis, esta ficou isolada e sem referência sobre qual fonte a manteria financeiramente, correspondendo à idéia do Banco Mundial que sugeria transferir a responsabilidade pela formação técnico-profissional para a

¹ (Ensino profissional, formação profissional ou técnico-profissional, educação industrial ou técnico-industrial, qualificação, re-qualificação, capacitação).

² BRASIL. Lei nº 9.394/96, Art. 40.

sociedade, organizações sociais e iniciativa privada, supostamente mais capazes para gerir esse nível de ensino, por achar que estaria mais condizente essa administração com as necessidades diretas do mercado de trabalho.

No governo posterior, de Luiz Inácio Lula da Silva, houve a revogação do decreto 2.208/97, pelo decreto 5.154/04, estabelecendo uma política de educação profissional articulada com a educação básica (ensino integrado), cuja Educação Profissional tem de ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada, e que se articule³ com o Ensino Médio, nas modalidades integrada/concomitante⁴ ou subsequente⁵ (BRASIL, 2004).

Os cursos de Agricultura e Zootecnia são oferecidos em caráter concomitante ao ensino médio (03 anos) e subsequente ao ensino médio — na primeira opção, o aluno ingressa na Escola para realizar seus estudos de ensino médio e técnico; na modalidade sequencial, o aluno ingressará no CEFET SVS/RS após ter concluído o ensino médio.

As demais habilitações de nível técnico — agroindústria, informática e secretariado — são oferecidas apenas na modalidade Subsequente, exigindo a conclusão do ensino médio, assim como o Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, além disso, em fevereiro de 2007, o CEFET SVS/RS iniciou a modalidade Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e o Curso de Ensino Médio para Jovens e Adultos Profissionalizante (PROEJA).

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A modernização que ocorreu a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, decorrente do aparecimento da máquina a vapor e, depois, do emprego da energia elétrica, passou a exigir uma educação profissional diferente da que era promovida pelas corporações e, por isso mesmo, elas foram desaparecendo. A partir de então, a formação profissional passou, em maior ou menor escala, a interessar a quase todas as nações.

No princípio da industrialização brasileira, no século XIX, ocorreu uma significativa propulsão na economia, que necessitava de mão-de-obra especializada em curto prazo,

³ BRASIL. Leis n. 2.208/97; 5.124/04, incisos I, II e III do § 1º do Artigo 4º.

⁴ Significa quando o curso de nível médio é oferecido ao mesmo tempo em que a formação técnica e o aluno tem matrícula única.

⁵ Refere-se a quando a formação técnica é oferecida a quem já concluiu o ensino médio.

decretando ser a formação técnica uma das saídas para qualificar o indivíduo, fazendo com que a educação profissional passasse a ter um olhar mais atencioso, em relação à necessidade de uma intervenção mais prática em razão de incrementar uma economia que nascia em função da industrialização e da geração de empregos (MANFREDI, 2002).

No princípio, com uma visão meramente assistencial, a educação profissional no Brasil surgiu em 1809, através do Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, que criou o “Colégio das Fábricas”; alguns anos mais tarde, no Período Imperial (1822-1889), já apareciam registros do caráter assistencialista da educação profissional no Brasil, principalmente aquela destinada a amparar órfãos e demais “desvalidos da sorte”. (MANFREDI, 2002).

No ano de 1873, com pouco mais de 30 mil habitantes e no nascedouro da industrialização, promoveu-se uma iniciativa mais concreta na dimensão educacional, principalmente, porque a mão-de-obra precisava ser competente, uma vez que a popularização do ensino profissional abriria novos horizontes e oportunidades, além de abastecer o cenário da produção com recursos humanos capazes — motivação esta para a criação de uma escola profissionalizante, ou, a *Sociedade Propagadora de Instrução Popular* (LAO, 2008), pois as escolas públicas apenas atendiam crianças órfãs e abandonadas, e, a partir dessa nova ordenação educativa, os filhos de operários e de camponeses teriam acesso à alfabetização (MANFREDI, 2002).

Durante a “República Velha” (1889 a 1930), deu-se início a um esforço público de organização da educação profissional, pois havia o interesse específico sobre o atendimento dos menores abandonados, e, gradativamente, com o desenvolvimento industrial do país, outra preocupação começaria a ganhar espaço: preparar operários para o exercício profissional.

A partir do ano de 1906, o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, consolidando-se, então, uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola (MANFREDI, 2002).

Luiz Antonio Cunha (*In*: MANFREDI, op. cit., p.83) afirma que um enorme passo foi dado por Nilo Peçanha, em 1910, ao instalar dezenove escolas de aprendizes artífices destinadas “aos pobres e humildes”, distribuídas nas várias Unidades da Federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul:

Essas escolas formavam, desde a sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação que as distinguia das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares (fossem congregações religiosas ou sociedades laicas), por governos estaduais, e diferenciavam-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federal. Em suma, as escolas de aprendizes artífices tinham prédios próprios, currículos e metodologia próprios, alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar [...] (CUNHA, 2000, p. 94).

Essas instituições tinham uma referência mais política do que econômica, dado que se objetivavam a instrumentalizar e a fortalecer a indústria que se concentrava nas capitais brasileiras, mas em si, essas escolas tinham o propósito de formar operários e contra-mestres a partir de um ensino prático e técnico, que era orientado aos menores em oficinas dotadas de recursos mecânicos para desenvolverem trabalhos manuais. Por outro prisma, observava-se que, em São Paulo, o ensino era mais arrojado por situar-se em um espaço industrializado.

Durante a década de 1910, foram instaladas várias escolas-oficinas, destinadas à formação profissional de ferroviários, que desempenharam importante papel na história da educação profissional brasileira ao se tornarem os embriões da organização do ensino profissional técnico na década seguinte. Na década de 20, a Câmara dos Deputados promoveu uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, propondo a sua extensão a todos, pobres e ricos, e não apenas aos “desafortunados” — o que corresponde à reflexão de que as escolas primárias e profissionalizantes estavam destinadas aos pobres e menos afortunados. No mesmo ano, foi reorganizado, também, o ensino agrícola no país, objetivando formar “chefes de cultura, administradores e capatazes” (MANFREDI, 2002).

Com relação ao caráter disciplinador nos processos de ensino e de aprendizagem, de acordo com Queluz (2000), durante o período da República Velha, e na prática cotidiana da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, interessava fazer sobressair a educação moral devido aos aprendizes menores⁶ serem de origem mais humilde, portanto, a visão de época era da marginalização que teria de ser combatida em primeiro lugar com a disciplina ética e moral, depois com o conhecimento instrumental. Essa disciplinarização não seria apenas comportamental, mas também se revestiria de caráter físico, em que os alunos seriam submissos às aulas de ginástica sueca, o que se poderia comparar a uma espécie de militarização na atualidade.

Essas mudanças não ocorreram apenas no Paraná, outras Escolas no Brasil estavam na mesma situação, como no dizer de Ferreira (2002, p. 59), ao citar que a Escola de Aprendizes

⁶ Segundo Queluz (2000, p. 78; 81), seriam filhos de viúvas, órfãos ou de pais miseráveis, que se julgava na época de os pais não terem condições de educarem-nos moralmente e que estes necessitariam, a qualquer custo, de assimilarem regras e disciplina para que se mantivesse a ordem.

da Paraíba assumiu uma verdadeira instrução militar junto aos seus alunos, próprio dos quartéis para regular a vida deles, indo desde o uso de uniformes até a aplicação de penas de reclusão aos aprendizes considerados faltosos.

Manfredi (2002) explica que os processos de ensino e de aprendizagem se davam em oficinas que ensinavam trabalhos manuais e mecânicos, e que, conforme Bastos (1999), essas escolas de aprendizes significavam um olhar de discriminação e de controle social sobre as classes menos favorecidas, em que se precisavam ocupar os indivíduos (especialmente os menores), para que, num futuro iminente, não representassem algum tipo de ameaça à sociedade devido à desocupação, por isso, era adotado primeiro o caráter de disciplina, seguido o da instrução.

Na “República Nova” (1930 a 1937), mais exatamente no ano de 1931, foi criado o *Conselho Nacional de Educação*, e, nesse mesmo ano, também foi efetivada uma reforma educacional que levou o nome do Ministro Francisco Campos; em 1932 veio o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, buscando diagnosticar e sugerir rumos mais eficazes às políticas públicas em matéria de educação e, nesse mesmo ano, realizou-se a “V Conferência Nacional de Educação”, cujos resultados se refletiram na Assembléia Nacional Constituinte de 1933. A Constituição de 1934 inaugurou, objetivamente, uma nova política nacional de educação, ao estabelecer, como competência da União, as atribuições de “traçar diretrizes da educação nacional”.

A Constituição do Estado Novo, de 1937, trata, pela primeira vez, das “escolas vocacionais e pré-vocacionais” como um dever do Estado para com as “classes menos favorecidas”. Essa obrigação estatal deveria ser cumprida com a colaboração dos três setores da economia, especialmente, o setor primário e secundário. (CUNHA, 2000, p. 42). Ainda durante o Estado Novo, foram editadas as Leis Orgânicas do Ensino, no contexto da Reforma Capanema. Por essa nova organização, o ensino agrícola é um dos ramos do ensino profissional, mantendo-se a lógica dualista característica desse ensino. (MANFREDI, 2002, p. 101).

Percebe-se que a educação profissional no Brasil se efetivou, mesmo adquirindo e mantendo um *status* ainda secundário. Foi no Período Democrático (1946 a 1964) que aconteceu e ficou evidenciada, de fato, a equiparação da importância entre o contexto formador profissionalizante e o acadêmico por intermédio das “leis de equivalência”⁷, da Lei n. 3.552/59 e da Lei Federal n.º 4.024/61, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da

⁷ Lei n. 1.076/50 e Lei n. 1.821/53.

Educação Nacional (MANFREDI, 2002).

A Lei Federal n. 5.692/71, que reformulou a Lei Federal n. 4.024/61 no tocante ao ensino de primeiro e de segundo graus, atual educação básica, significou importante referência na história da educação profissional, ao introduzir a profissionalização generalizada no ensino médio, então denominado segundo grau. Na visão de Manfredi (2002),

A Lei 5.692/71, no que diz respeito à profissionalização compulsória, não vingou. Sem condições objetivas de transformar todo o ensino público de 2º grau, de acordo com a perspectiva de articulação entre educação geral e formação profissional (Cunha, 1997, p. 5), a lei foi sofrendo, em curto período de tempo, várias modificações, até se chegar, em 1982, com a Lei 7.044, a uma solução de compromisso, mediante a qual se repunha a antiga distinção, já presente no Parecer MEC 76/75, entre o ensino de formação geral (denominado de básico) e o ensino de caráter profissionalizante (pela via das habilitações específicas e plenas, fundamentadas, respectivamente, nos Pareceres MEC 45/72 e 76/75). A velha dualidade, que, na prática, não havia sido questionada, voltava, assim, a se manifestar, mas agora sem os constrangimentos legais. No entanto, deixou como legado sua contribuição para tornar ainda mais ambíguo e precário o ensino médio e para a desestruturação do ensino técnico oferecido pelas redes estaduais, desestruturação da qual só escaparam as escolas técnicas federais, provavelmente em razão da relativa autonomia com que contavam, desde 1959 [...].

Transcorrendo no tempo, com a reforma da LDB efetivada pela Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982, a profissionalização, no ensino de 2º grau, deixou de ser obrigatória; com a promulgação da LDB de 1996–Lei nº 9.394 de 20 de dezembro – esse ramo da educação escolar brasileira foi abrangido, passando a ser designado como Educação Profissional (MANFREDI, 2002).

De acordo com Manfredi (2002), nos anos 90, aconteceu outra tentativa de reforma no ensino médio e profissional, naquela oportunidade, para equalizar a educação profissionalizante, ministrada nas instituições públicas e privadas, às novas diretrizes da educação no Brasil. No Decreto Federal nº 2.208/97 e nos dispositivos da LDB sobre educação profissional, constava que a educação profissional de nível tecnológico deveria ter correspondência aos cursos de nível superior na área tecnológica e que tais cursos seriam configurados para satisfazer as necessidades emanadas dos setores da economia.

A reforma instituída pelo Decreto 2.208/97 evidenciava dois tipos de educação sob dois contextos diferenciados, revelando o caráter instrumentalista/produtivista da reforma, apregoando competências e habilidades, que, na verdade, inseriam esses preceitos dentro de uma visão educativa e mercadológica que, em muito, contribui para estabelecer a desvinculação entre o saber e o fazer, discriminando a formação geral da técnica, o que representava uma contradição em relação às exigências sobre o perfil de formação que se

queria implementar em função das mudanças no cenário da produção e da economia (FRIGOTTO, 1998). Portanto, o referido Decreto foi instituído, de um lado, para atender as necessidades do capital e, de outro, para pressionar a competitividade entre os próprios trabalhadores, desvalorizando-os, fazendo com que as propaladas mudanças culminassem em atitudes grosseiras, porquanto a formação profissional técnica separava-se do ensino médio, apresentando uma flexibilidade de tal monta que ressaltava, negativamente, a mobilidade de um curso para outro e o tempo de sua conclusão baseava-se no estabelecimento de estratégias que tinham como meta apenas assegurar o vínculo entre mercado de trabalho e educação (MANFREDI, 2002).

2.1.1 A Legislação: Decretos n. 2.208/97 e 5.154/2004

Considerando as idéias de Kuenzer & Grabowski (2006) sobre as necessidades de uma educação centrada na formação de competências para os trabalhadores e uma política educacional adequada, destaca-se que,

Em atendimento à nova legislação, ao Ministério da Educação cabe apoiar os sistemas estaduais de ensino no processo de implantação dessa nova modalidade de formação. Para tanto, estão sendo realizados debates com os dirigentes e técnicos das Secretarias Estaduais de Educação, colocando em pauta questões como a concepção do Ensino Médio integrado, eixos da organização curricular e plano de desenvolvimento [...] (KUENZER & GRABOWSKI, 2006, p. 22)

Fica clara, para os autores, a necessidade de trabalhar e analisar uma realidade preocupada com os vários caminhos em que a sociedade deve seguir: econômico, político, cultural, profissional, entre outros, mas enfocam uma questão muito importante:

Reconhecer que as transformações no mundo do trabalho exigem, mais do que conhecimentos e habilidades demandados por ocupações específicas, conhecimentos básicos, tanto no plano dos instrumentos necessários para o domínio da ciência, da cultura e das formas de comunicação, como no plano dos conhecimentos científicos e tecnológicos presentes no mundo do trabalho e nas relações sociais contemporâneas, implica constatar a importância que assumem as formas sistematizadas e continuadas de educação escolar [...] (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 23-24).

O Decreto n. 2.208/97 foi um dos acessórios mais importantes do contexto da educação profissional, embora reproduzisse, reformuladas e readaptadas, as leis orgânicas do ensino promulgadas no ano de 1942; já o Decreto n. 5.154/2004 veio definir melhor o

contexto da formação profissional em nível de Ensino Médio, também parecia inspirar-se na lei 7.044 de 1982, lei essa que revestiu, de forma mais eficiente, a reforma instituída pelo regime militar (lei 5.692/71). A revogação do Decreto 2.208/97, além de ser uma questão política, foi movida em razão de evidenciar, novamente, o poder normativo da LDB com uma Lei Ordinária (particularmente em relação ao ensino médio e à educação profissional), além de autorizar as escolas a se adequarem aos cursos aprovados pelos órgãos normativos dos respectivos sistemas educacionais via LDB e observando sempre as demais normas para o ensino médio, como também se valeu da estruturação de uma equipe técnica orientadora sobre as ações e decisões dos órgãos normativos e das escolas nas questões decorrentes dessas medidas (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002, p. 4).

A aprovação do Decreto n. 5.154/2004 não mudou o cenário dos anos 90, pois foi importante a mobilização social, ligada direta/indiretamente com o Ensino Médio, para que acontecessem as mudanças necessárias, inclusive para suportar a demanda progressiva de matrículas em razão de uma qualidade de ensino estabilizada, capaz de formar competências, ou seja, ser capaz de planejar, analisar, executar e avaliar, a partir do conhecimento adquirido, um determinado fazer, o que remete à idéia de ser competente quando se é competente para agir em razão dos setores da economia com recursos humanos capacitados, inseridos no panorama tecnológico.

2.1.2 Estrutura da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Ao trabalhar esse item, convém esclarecer que, quando da elaboração dessa dissertação, ainda não havia sido definida, de forma definitiva, a nova estruturação da Educação Profissional e Tecnológica, baseada na organização dos Institutos Federais de Educação Tecnológicas (IFETs)⁸, que irão passar a ser as novas denominações sobre os atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Conforme Vieira (2005), a estrutura da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil está desenhada desta forma:

I – *rede pública federal* passa a contar com:

⁸ BRASIL, Decreto-lei n. 6.095, de 24 de abril de 2007.

- a) centros federais de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas;
- b) escolas técnicas federais;
- c) escolas agrotécnicas federais;
- d) escolas e colégios técnicos vinculados a instituições federais;

II – *redes públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios* estruturam-se em:

- a) unidades de formação profissional;
- b) centros de educação tecnológica e suas unidades descentralizadas;
- c) escolas técnicas vinculadas às instituições estaduais de ensino superior;

III – *rede privada*, contando com

- a) Sistema S, que inclui:
 - SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
 - SESI – Serviço Social da Indústria;
 - SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
 - SESC – Serviço Social do Comércio;
 - SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola;
 - SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte;
 - SEST – Serviço Social do Transporte;
 - SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas;
 - SESCOOP – Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços;
- b) escolas técnicas e faculdades de tecnologia;
- c) escolas e centros de formação profissional, mantidos por sindicatos de trabalhadores;
- d) escolas e fundações mantidas por grupos empresariais;
- e) escolas vinculadas às organizações não-governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional.

Essa divisão expõe as instituições que asseguram a formação profissional em nível técnico e profissionalizante num cenário cujo contexto se refere aos aspectos produtivo, econômico e educacional, para buscar integrar laços diante de uma constância de

transformações, exigências e marcantes modificações que vinham ocorrendo a partir da década de 90 até os dias atuais, lançando novos desafios à Educação Humanista e à Educação Profissional no Brasil.

2.2 O ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL

Historicamente, a referência, que se tem por base acerca das primeiras intenções de se criar o ensino agrícola no Brasil, emana da preocupação de D. João VI na carta de 1812, na qual já continha uma visão mais ampliada sobre a prosperidade econômica local, consciente de que se deveria investir em recursos humanos para melhor aproveitar a riqueza bruta, pois aquele monarca registrou, de forma convicta, a falta de técnica e a rusticidade que dominavam o espaço brasileiro, visto que só os europeus poderiam intervir na colônia e iniciar um processo econômico, moldado a partir do trabalho racional, e, para isso acontecer, solicitou, por carta ao Conde de Arcos, providências que priorizassem o conhecimento e a formação de pessoas, porquanto de nada adiantaria instrumentalizá-las sem haver recursos humanos dispostos a serem treinados, ou seja, D. João VI sentia a necessidade de logo iniciar um curso de agricultura na cidade da Bahia, considerada pelos sagazes membros da Corte essa atitude como visionária, embora tenha se mostrado como ponto de partida, capaz de ser identificada, historicamente, como o início do ensino agrícola no Brasil, conforme Moacyr (1936, *apud* FONSECA, 1986, p.52-53).

A intenção, portanto, era aperfeiçoar e incentivar as técnicas de produção para que se superasse a produção agrícola brasileira na época. Dessa feita, o cenário da instalação de uma escola agrícola no Brasil e sua efetivação ocorreram a partir do modelo de produção agrícola que já se desenvolvia na Inglaterra, porque, desde o século XVI, aquele país tinha, como preocupação, o melhor aproveitamento das áreas, resultando em um aumento da produtividade, tendo, como consequência, a diminuição de trabalhadores no campo, e, para o processo de desenvolvimento das forças agrícolas e produtivas no Brasil, era necessário preparar tanto trabalhadores quanto proprietários rurais, para as novas demandas produtivas do modelo capitalista, que começavam a tomar forma no processo interno de produção. Enquanto a primeira crise, que originou a Carta de 1812, não foi capaz de mudar a base de produção agrícola no Brasil, a segunda crise surgiu, justamente, quando o país assumiu uma identidade definitivamente capitalista e decorrente disso, criou-se, como exigência, a primeira

escola agrícola no país, seguindo-se em 1859, a criação do Instituto Baiano de Agricultura, seguido do Instituto Pernambucano de Agricultura (1861) e da Imperial Escola Agrícola da Bahia em 1877 (VELEDA, 1970; SIQUEIRA, 1987).

As mudanças no ensino agrícola brasileiro, nas primeiras décadas do séc. XX foram decorrentes da descentralização e da modernização do Estado, por parte da recém-criada República, bem como da criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, vinculando-se a ele o ensino agrícola (SIQUEIRA, 1987, p. 26).

Em 1910, surgiu a primeira modificação na estrutura do ensino agrícola, pelo Decreto 8319, de 20 de outubro, no governo Nilo Peçanha — elaborador de um amplo planejamento para este ramo do ensino — criando novos cursos, graus de ensino e trazendo a proposta de vinculação de uma fazenda experimental às escolas médias e às escolas superiores. Os cursos e graus propostos por esse Decreto resultaram em ensino superior; ensino médio ou teórico-prático; ensino prático; aprendizados agrícolas; ensino primário agrícola; escolas especiais de agricultura; escolas domésticas agrícolas; cursos ambulantes; cursos conexos com o ensino agrícola; consultas agrícolas e conferências agrícolas (Decreto 8.319/10), todavia, diante de impossibilidades da implantação completa deste planejamento, foram criadas duas escolas: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em Piracicaba/SP e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), no Rio de Janeiro, as quais vieram alicerçar, de fato, o ensino agrícola no Brasil.

A preocupação para a formação de sujeitos que iriam atuar na agricultura brasileira, não se deu apenas no âmbito de uma elite agrária. Para as novas demandas produtivas haveria, também, a necessidade de formação de trabalhadores rurais e de agentes intermediários (técnicos que supervisionariam e controlariam a produção). Dessa forma, foram criados, em 1918, os patronatos agrícolas, que segundo Siqueira (1987):

[...] tinham por objetivo principal o aproveitamento de menores abandonados ou sem meio de subsistência, aos quais seriam dados o curso primário e o profissional. Porém, a criação destes patronatos encontrava-se intimamente ligada ao regime de colonato, já que, no decreto de sua criação, Dec. 12.893 de 20/02/1918, estava prevista ‘a posse de um lote de terras, em determinado núcleo colonial, livre de despesas e mais a quantia de duzentos mil réis’ para os alunos que concluíssem o curso profissional com aproveitamento. Assim sendo, o ensino agrícola cumpria algumas funções importantes, como a de fornecer mão-de-obra especializada e barata para os grandes fazendeiros; a de aumentar a oferta de gêneros de alimentação básica; a de evitar a migração do campo para a cidade; e a de servir como um meio correccional para seus alunos internos, que executavam serviços no campo, como castigo, dentro de uma linha rígida de conduta [...] (SIQUEIRA, 1987, p. 29).

Assim, as transformações vividas pelo ensino agrícola brasileiro, nesse período da

Primeira República, surgiram como frutos de um cenário decorrente do processo produtivo para garantir o desenvolvimento e a manutenção de uma classe dominante no setor agrícola.

No decorrer do desenvolvimento agrícola e político no Brasil, chegou-se à era das superproduções, fazendo com que isso incrementasse, ainda mais, o estabelecimento da especialização da mão-de-obra na dimensão agora agropecuária e, em seguida, com o reforço do setor secundário da economia, veio a surgir a indústria, fundindo-se, então, numa economia denominada *agroindustrial*, de sorte que, a partir daí o ensino agrícola assumisse uma identidade própria, gerando a preocupação por parte do governo, que passou a atribuir graus e currículos específicos para a formação escolar agrícola.

Convém revisar, aqui, algumas transformações ocorridas entre as décadas de 60 e 70, que atingiram o cenário agropecuário e o ensino agrícola, influenciando, de forma positiva, a necessidade da formação dos técnicos agrícolas no país, tendo em vista que aconteceu a modernização da agricultura, centrada no período denominado "Revolução Verde"⁹. Nesse mesmo período, ocorreu o incremento do crédito rural, que beneficiou e impulsionou a atividade agrícola, segundo Massuquetti; Silva (2002, *apud* SOBRAL, 2004, p. 26-27) e o surgimento da agroindústria, que passou a operar de forma mais moderna e baseada em fundamentos mais administrativos. A partir desse instante, o ensino agrícola passou a ser trabalhado na perspectiva da agroindústria, cujo cenário do mundo do trabalho adquiriu novo sentido, focado no binômio ensino/produção, determinando que várias manifestações e práticas educacionais fossem motivadas com financiamentos direcionados à educação técnica (escolas-fazenda, por exemplo).

A criação da COAGRI¹⁰ revitalizou o ensino agropecuário, desde o ano de 1976, quando implementou reformas administrativas e ocasionou a manutenção de trinta e três Escolas Agrícolas Federais (SOBRAL, 2004), estendendo-se tais reformas e aprimoramentos até a estrutura dos prédios, aparelhamento dos laboratórios, aquisição de maquinários, de bibliotecas, de quadras esportivas, entre outras melhorias, cujos recursos humanos também foram remodelados, e tanto docentes como funcionários agora estavam mais instrumentalizados; enfim, a COAGRI foi a maior responsável pela caracterização e criação de uma identidade mais concreta e presente sobre o ensino agrícola e às Escolas Agrotécnicas Federais.

⁹ Período que deu novo rumo à agricultura a partir dos anos 60, que injetou novas tecnologias e pesquisas para promover um conjunto de práticas e insumos agrícolas para assegurar novas cultivares e altos níveis de produtividade (SOBRAL, 2004).

¹⁰ Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola, criada conforme Decreto n. 72434/73.

Nas décadas de 80 e 90, o ensino agrícola passou a ser focado por um olhar mais empresarial, graças a uma política bem definida ao Ensino Técnico, emitida pelo MEC/SEMTEC¹¹, que delegava a tais instituições o objetivo da formação de mão-de-obra qualificada¹² e que consolidou o modelo conhecido como CEFET SVS/RS, difundido em todo o Brasil.

A agroindústria, então, fundiu-se com o ensino técnico profissionalizante e buscou novos rumos para seu desenvolvimento, acreditando na formação da mão-de-obra para atuar nela, visto que, a partir dos anos 70, não somente o cenário agropecuário foi provido de motivações, mas também motivou, expressivamente, os atores que dele participavam.

2.3 HISTÓRICO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS

O CEFET SVS/RS foi criado em 17 de novembro de 1954, por meio de *Termo de Acordo*, firmado entre a União e o então município de General Vargas, sob a denominação de *Escola de Iniciação Agrícola*, publicado no Diário Oficial de 30/11/1954.

Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto no 62.178, a administração do CEFET (ou *Escola de Iniciação Agrícola*, na época), foi transferida para a Universidade Federal de Santa Maria — UFSM, sob denominação de *Colégio Agrícola*, e, no ano seguinte, pelo Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, houve uma reformulação do Decreto nº 62.178, estabelecendo que a orientação didático-pedagógica seria totalmente exercida pela UFSM, já em 28 de fevereiro de 1985, por meio do Decreto no 91.005, o então *Colégio Agrícola de São Vicente do Sul/RS* passou a pertencer à Coordenação de Ensino Agrícola — COAGRI, com a denominação de *Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul*.

Um pouco mais adiante no tempo, por intermédio do Decreto nº. 93.313, de 21 de novembro de 1986, foi extinta a COAGRI, dando espaço agora para a Secretaria de Ensino de 2º Grau — SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação e, em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, quando, pelo Decreto nº. 99.180, houve a criação da *Secretaria de Educação*

¹¹ BRASIL. **Educação Tecnológica**: legislação básica. Brasília: MEC/SEMTEC, 1994.

¹² Que contou com a intervenção do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, creditando o ensino técnico, a preparação para o trabalho e a geração de empregos.

Média e Tecnológica, ficando, então, todas as Escolas Agrotécnicas Federais a ela subordinadas.

Outra transformação ocorreu por meio da Lei nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, que transformou as *Escolas Agrotécnicas Federais* em *Autarquias Federais*, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar, e em 15 de abril de 1998, o Decreto nº. 2.548, de 15 de abril de 1998, aprovou o novo *Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais*, determinando que cada uma elaborasse sua própria regulamentação, dando maior liberdade de trabalho às instituições, de acordo com suas limitações. O seu Regulamento Interno foi elaborado e submetido à aprovação dos órgãos superiores, tendo sido aprovada no dia 1º/09/98, através da Portaria/MEC 966 e, neste mesmo ano, a Instituição, tendo elaborado o Projeto para sua inserção no *Programa de Reforma/Expansão da Educação Profissional* (MEC/BID), teve o mesmo aprovado e o financiamento para modernização de sua infra-estrutura e capacitação de pessoal foi liberado. O Projeto foi executado em cinco anos, sendo finalizado em 2002.

Em 13 de dezembro de 2002, através de Decreto Presidencial de 13 de dezembro, publicado no Diário Oficial - Nº 221 - Seção 1, quinta-feira, 14 de novembro de 2002, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à atual denominação de *Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul* – CEFET SVS/RS.

Em 2004, o Decreto nº 5.224, definiu a organização básica dos *Centros Federais de Educação Tecnológica* e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004, alterou os dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001 e elevou, definitivamente, os CEFETs à condição de Instituição de Ensino Superior, sendo que um dos fundamentos básicos para sua transformação em CEFET SVS/RS, foi a elaboração e aprovação de um Projeto para implantação de Curso Superior em Tecnologia, cuja elaboração antecedeu à "cefetização", destarte que o Projeto do *Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem* foi elaborado em 2002, submetido à avaliação de equipe técnica designada pelo MEC/SEMTEC, tendo sido aprovado com conceito “B”, tendo a sua autorização oficializada através da Portaria/MEC nº 3.386, de 6 de dezembro de 2002 e publicada no DOU nº 237, de 09/12/2002 – Seção 1.

2.3.1 Cenário do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS Hoje

Atualmente, em 2008, o CEFET SVS/RS tem sua atuação centrada no Ensino Médio e na Educação Superior, tendo marcante atuação junto à comunidade regional.

Ao longo de sua existência, vem desenvolvendo estudos, pesquisas e programas de treinamento, realizados através de cursos de qualificação, requalificação, aperfeiçoamento e atualização profissional. Essas atividades contam com a participação de profissionais da própria Instituição, bem como de empresas parceiras, com destaque para o Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Sindicatos e Cooperativas, entre outros.

O CEFET SVS/RS está configurado com um quadro de pessoal efetivo composto por 53 docentes e 84 técnico-administrativos, além de uma estrutura física ampla, com uma área total de 332 ha, com mais de 21.000 m² de área construída, tendo, ainda, disponível para expansão em obras, em torno de 300.000 m².

Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, a Instituição conta com a seguinte estrutura, identificada pelos seguintes títulos:

- 12 Salas de Aula (aulas teóricas);
- 03 Laboratórios de Informática, com linha dedicada de acesso à Internet;
- Laboratório de Solos;
- Laboratório de Análise de Sementes;
- Laboratório de Qualidade de Grãos;
- Laboratório de Controle de Qualidade de Alimentos;
- Laboratório de Parasitologia Animal;
- Laboratório de Biologia;
- Laboratório de Biotecnologia;
- Laboratório de Física;
- Laboratório de Física do Solo;
- Laboratório de Hidráulica;
- Laboratório de Química;

- Laboratório de Piscicultura;
- Biblioteca Escolar;
- Biblioteca Virtual;
- Ginásio de Esportes;
- Complexo Poliesportivo;
- 08 Unidades Educativas de Produção;
- 08 Salas-ambiente (exercício de aulas teórico-práticas).

Possui, ainda, outras áreas destinadas ao atendimento do alunado, que se constituem em:

- Centro de Saúde (atendimento médico-odontológico e ambulatorial);
- Condomínio dos Alunos Internos;
- Lavanderia;
- Área de Recreação e Lazer (NTG Trempe da Saudade);
- Cozinha e Refeitório;
- Cooperativa-Escola;
- Grêmio Estudantil;
- Parque de Arremates.

Atuante junto à comunidade regional na qualidade de Centro Difusor de Tecnologias, o CEFET SVS/RS busca a efetivação de parcerias com outros órgãos e empresas vinculados à educação profissional, para fins de implantação de cursos rápidos e outros programas de capacitação.

Do total construído, destacam-se as salas de aula que são estruturadas para atender disciplinas específicas, laboratórios (Química, Física, Biologia, Biotecnologia, Piscicultura, Solos e Informática), biblioteca escolar, com acervo bibliofigura superior a 5.000 volumes, três auditórios, com capacidades de 440, 100 e 50 pessoas, e, ainda, as Unidades Educativas de Produção (UEP), cada uma com sua respectiva sala-ambiente que se prestam, igualmente, como laboratórios das disciplinas técnicas, dispondo de materiais e equipamentos adequados ao perfeito desenvolvimento dos currículos.

Sobre o funcionamento da Instituição, é configurado em período integral, com aulas teóricas e práticas nos períodos da manhã, tarde e noite, incluindo, nesse repertório, outras atividades para atendimento da clientela externa, ou seja, atividades relativas aos cursos

básicos de curta duração, que visam à atualização, à capacitação e ao treinamento de pessoas em áreas diversas, cuja definição se dá por meio de levantamento de interesses junto à comunidade.

São oferecidos os seguintes Cursos Técnicos:

- Curso Técnico Agrícola, habilitando à Agricultura e/ou Zootecnia;
- Curso Técnico em Agroindústria;
- Curso Técnico em Informática;
- Curso Técnico em Secretariado;
- Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem;
- Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

A Instituição, por sua natureza de órgão preparador de profissionais e difusora de tecnologias de ponta, atende, anualmente, em torno de 2.300 pessoas da comunidade externa, por intermédio da oferta de programas rápidos de qualificação e atualização profissional, nas mais diversas áreas do mercado de trabalho.

A grade curricular do CEFET SVS/RS, dedicada ao curso de técnico agrícola/zootecnia, garante um rol de disciplinas pensadas não somente no aspecto científico, mas também na capacidade de atendimento e soluções práticas no espaço rural.

A grade curricular do Ensino Médio (Anexos 1, 2 e 3) buscou trazer conhecimentos que se baseiam no planejamento, na pesquisa e na ação, a partir de referenciais do contexto prático rural, ou seja, formam competências na medida em que exercitam o conhecimento da terra, da estrutura, da topografia, da biologia, da climatologia, da mecanização, da zoologia, da nutrição, da patologia, da economia, da administração, do planejamento, dentre outras, que se configuram em módulos:

- Infra-estrutura rural;
- Culturas agrícolas;
- Administração agrícola;
- Zootecnia de animais de pequeno/médio/grande portes;
- Estágios práticos.

A organização didático-pedagógica estruturou os cursos de forma modular e incluiu, como inovação, a normatização e a implantação do exame de *certificação de competências*. O modelo de gestão escolar adotado busca promover a participação ativa da comunidade

externa nos processos decisórios de caráter administrativo, produtivo e pedagógico, especialmente através da participação de representantes de segmentos comunitários no Conselho Diretor.

Soma-se, ainda, a avaliação sobre duas ações: avaliação dos currículos pelas respectivas áreas (ou módulos por curso), em que são ouvidos os professores, que verificarão, na prática, a execução dos currículos; seminários de acompanhamento e avaliação, que serão realizados durante determinados períodos, contando com a participação de alunos, professores, profissionais, sindicatos e discutirão os resultados levados pelas áreas.

Atualmente, o CEFET SVS/RS conta com 1.044 matrículas, sendo 747 matrículas na educação profissional técnica de nível médio¹³, 47 matrículas em nível tecnológico e 250 no ensino médio. Além disso, o CEFET SVS/RS conta com 192 alunos matriculados em estágio supervisionado.

¹³ Conf. Decreto n. 5154/2004

3 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE E O PERFIL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS

A educação brasileira é permeada por enormes desafios que se chocam com a falta de condições materiais e apoio político; o mesmo se pode comentar sobre a realidade social e profissional, que exigem, a todo instante, a tomada de decisões, requerendo adaptações e conhecimentos, que, na maioria dos casos, as instituições não conseguem desenvolver ou acompanhar na mesma velocidade, não se envolvendo, com profundidade, na realidade local, regional e mundial por diversos motivos de ordem interna, administrativa, financeira, política, econômica, enfim, por algum tipo de limitação.

As relações que conectam os cenários da ciência, da cultura e do trabalho forçaram modificações pedagógicas e educacionais por conta da globalização capitalista que alterou, a partir do final do século XX, as estruturas econômicas, administrativas e políticas, inclusive na área da educação, onde se passou a exigir um modelo diferenciado de ensino, voltado a atender as necessidades do capitalismo, requerendo uma instituição educacional mais assentada na formação de competências e voltada à produção e tecnologia, ou seja, uma dimensão educacional que prioriza a formação técnico-profissional.

Conforme Kuenzer (1999), este novo cenário educacional deve estar atento para uma questão obrigatória: quanto mais se simplificam as tarefas, mais se exige conhecimento do trabalhador, que necessita conviver com o conhecimento e novos comportamentos, como, por exemplo, conviver e administrar diferenças; avaliar, enfrentar os desafios das mudanças de forma permanente; criar resistência às pressões; ter condições de desenvolver o raciocínio lógico-formal aliado ao próprio senso crítico e à capacidade criativa, e, acima de tudo, se há referência ao capitalismo, o educando ainda deve trabalhar a questão da competitividade, seja em relação ao conhecimento, seja quanto às próprias habilidades.

Ainda, para Kuenzer (1999), o aprendizado teórico ficou num plano secundário para dar lugar à experiência prática, valorizada pelo conhecimento científico, que deve ser, por sua vez, embasado pela interdisciplinaridade, ou seja, o indivíduo deve trabalhar situações cotidianas diversificadas a partir do conhecimento prévio e daquele que adquiriu e desenvolve durante a sua formação, considerando que isso implica o domínio não só de conteúdos, mas de metodologias e de técnicas que pode lançar mão para produzir. Tal situação exige uma educação inicial, continuada e rigorosa, em crescentes níveis de complexidade, sendo que o exercício dessas características é que vai definir a qualidade da formação e das competências

quanto à condição de empregabilidade ou à sua absorção pelo mercado de trabalho.

A certificação educacional complementada pela profissional, que era adquirida nos cursos técnico ou superior, já não "garante" mais a entrada no mercado de trabalho — essa situação não é mais suficiente e, portanto, neutraliza-se a vinculação entre formação escolar e exercício profissional, dando margem de credibilidade ao mercado, que vai dizer, orientar ou comandar as tendências ou exigências de que ele precisa para sobreviver, ditando às instituições as novas competências que precisam ser desenvolvidas em situações adversas e particulares.

Importante perceber que, conforme Kuenzer (1999) há uma preocupação em ritmo galopante pela procura de profissionalização por intermédio da educação profissional, em relação ao que as instituições oferecem em termos qualitativos e quantitativos, e isso induz a se pensar que, ao se estabelecer uma nova relação entre homem e conhecimento, deve haver uma simbiose entre políticas educacionais e realidade social, a qual possa proporcionar uma atualização ou uma remodelação no ensino.

A respeito da formação dos trabalhadores, segundo Leão (2003), a Educação Profissional é um instrumento social ainda incompleto, que amplia a formação de sujeitos sem o desenvolvimento pleno das funções e processos psicológicos no mesmo tempo das exigências que a realidade impõe e ao que estas instituições formadoras podem oferecer com limitações nos seus processos de ensino e de aprendizagem, e, conseqüentemente, a qualidade da formação, cujos resultados refletirão no mercado de trabalho de forma não muito positiva:

A minimização da oferta de conteúdos e processos pelo ensino, que se torna especialização desde muito cedo, vem implicando a impossibilidade de aprendizagens, que têm a função de construir aspectos psicológicos constituintes das consciências. É que a redução do ensino de conteúdos e processos que permitem apreender as relações de determinação entre os aspectos do mundo e destes com o próprio sujeito, antes apontado como característica do ensino destinado aos desvalidos, pobres, trabalhadores ou segmento social de baixa renda, ganha agora a dimensão da “Educação para Todos”, tem, também, escala globalizada. Os prejuízos da minimização da educação geral são agora para quem tiver que se educar nos países aos quais, na nova ordem da globalização, foi destinado papel de ofertar mão-de-obra barata e consumir [...] (LEÃO, 2003, p. 48).

Para Leão (2003), as competências são obrigatórias para o indivíduo fazer parte da realidade social/profissional. Sem dúvida que a educação significa um "passe" para que o indivíduo permaneça e se desenvolva na sociedade e, nessa condição, a Educação Profissional se reverte em uma necessidade criada pelos processos de produção que sustentam a sociedade voltada para a *formação* profissional, devendo concorrer para a preparação de sujeitos cada vez mais humanos, ou seja, aliar humanização e capacidades/competências.

3.1 A RELAÇÃO ENSINO PROFISSIONALIZANTE, EGRESSO E MUNDO DO TRABALHO

Alguns estudos, como os de Mansor (2005) e Delmondes (2006), têm sido feitos a respeito do papel e da valorização sobre o Ensino Profissionalizante, cujas tentativas, direcionadas para modernizar o ensino no país e articulá-lo às condições e necessidades de produção sociais, inclusive nos três setores da economia, se conformam numa situação de educar para o trabalho e do treinamento pelo treinamento, ao mesmo tempo em que discursa sobre a formação cidadã e outros valores dentro do contexto da formação profissional, ou seja, a política educacional ainda não alcançou uma referência ideal para o Ensino Profissionalizante no Brasil, mas o desenvolvimento desse tema deixou claro que ainda restam muitas limitações de ordem teórica e política sobre ele, para que seja capaz de harmonizar as relações entre sociedade, educação e cidadão, expressando-se em questões como: qual é o papel da escola média, técnica e profissional, no mundo moderno? Seria correto responder que é o de preparar os jovens para o mercado de trabalho ou para o mundo do trabalho? A educação deve continuar no patamar de dependência das questões econômicas que são reflexos do mercado de trabalho e que, por sua vez, necessita influir sobre as instituições educacionais e formadoras de competências?

3.1.1 Escola Média e Sociedade: Um Problema Político, Econômico ou Social?

Apesar de o foco do presente estudo não querer discutir somente a política educacional, muito menos sobre as falhas da educação, a referida pesquisa deixa claro que existem limitações de ordem teórica e política, que, ao final, resumem-se em burocracia, em lentidão e em complicações, em que não há nenhum resultado expressivo para se fixar uma educação que responda tanto aos aspectos quantitativos como qualitativos, e que deixam no ar questionamentos tais como: qual é o papel da escola média, técnica e profissional? Educar hoje é preparar para o mercado de trabalho? A escola técnica é específica para agir somente em função do mercado de trabalho? Questionamentos sem respostas, que afetam e configuram o aluno como vítima de um sistema educacional indefinido, de uma sociedade que necessita sobreviver da produção, que é sustentada por sistemas de produção e tecnologia mantidas por mão-de-obra especializada.

Autores como Cunha (1991); Kuenzer (1999); Manfredi (2002), discutem a identidade da escola média e do ensino técnico profissionalizante, incorrendo sobre a instabilidade nestes dois cenários, por conta dos desencontros que ocorrem na política e na economia, com relação aos interesses sociais que se confrontam com os interesses da produção, e as políticas insistem em manipular reformas educacionais (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/1996, e o Decreto 2.208/1997, que regulamenta a educação profissional, são exemplos disso), promovendo a desarticulação da escola média, que foi convertida em ensino de formação geral, transformando-se a formação técnica numa suposta opção para quem quer se inserir no mercado de trabalho.

Por conseguinte, as reformas da educação brasileira estão propondo consolidar um lugar próprio para a formação técnica e profissional, um sistema paralelo ao da educação regular, que está se organizando como um tipo de formação que pode prescindir da educação básica geral, técnica e tecnológica e, à custa de privar as escolas de nível médio de realizar a formação unitária, que é o que o Decreto nº. 5.154, procura resolver, sem impasses, como que uma formação advinda de outra, quase que como um sistema de parceria educacional entre o Ensino Médio e o Ensino Médio Profissionalizante.

A busca de indicadores para uma formação unitária deve abranger a reflexão sobre demandas empresariais, e também é preciso considerar a especificidade do modelo de industrialização adotado no Brasil, que, por não contemplar a geração de tecnologias internamente, coloca o país numa posição subordinada e dependente. Isso, sem sombra de dúvidas, afeta o entendimento do que seja “apropriação do conhecimento científico e tecnológico”, bem como sua realização no nível da formação técnica e profissional, em qualquer grau de ensino. O desenvolvimento da formação profissional no Brasil, assim, está associado ao seu processo de industrialização, fundado na dependência tecnológica acentuada e na quase total ausência de investimentos em pesquisa científica e tecnológica (SOARES, 2008).

3.1.2 O Espaço do Trabalho e as Exigências da Sociedade

Preconiza-se que, por meio do trabalho, a pessoa interage com o meio, expressa seus objetivos, propõe alternativas que facilitem seu cotidiano, produz riquezas, reage às mudanças que ameaçam sua sobrevivência. Devido a tantos componentes que se alteram

constantemente, é possível considerar que o trabalho e a formação profissional apresentam-se como parte da identidade do ser humano.

Dessa forma, o cidadão pouco qualificado lida constantemente com limitações que não se restringem ao aspecto profissional, mas ampliam-se na direção dos direitos e da formação de sua identidade.

Carvalho (2003), discorrendo sobre a tecnologia e a educação tecnológica, observa que a ação educacional deve trabalhar com a percepção da realidade dos educandos como um todo, sob a ótica de uma ação que seja mais humanista e abrangente, que transmita os conhecimentos tecnológicos e informacionais necessários ao desenvolvimento, que possibilite desenvolver capacidades de criatividade e inovação, sendo, ao mesmo tempo crítica; uma ação que direcione para o conhecimento das diversidades culturais, do respeito às identidades, e da aceitação do multiculturalismo, além da possibilidade de uma vida humana e pacífica sobre o planeta. Nesse ambiente, exigem-se profissionais capazes e com aptidão intelectual para adaptar técnicas, e até mesmo, mudar de função ou profissão no decorrer de sua atuação, o que requer uma formação tecnológica que contemple uma sólida base humanista de modo a permitir uma boa integração interpessoal, um bom relacionamento humano, a adaptabilidade a novos e diferentes ambientes de trabalho, repletos de peculiaridades.

Ao exaltar a competição intercapitalista, o processo de globalização obrigou as empresas a buscar estratégias para obter ganhos de produtividade por meio da racionalização dos processos produtivos que, segundo Ianni (1994), gera o fenômeno paradoxal, de ampliação do trabalho precarizado e informal e da emergência de um trabalho revalorizado, no qual o trabalhador multiquificado, polivalente, deve exercer, na automação, funções muito mais abstratas e intelectuais, implicando, cada vez menos, trabalho manual e, cada vez mais, a manipulação simbólica. É, igualmente, exigido desse trabalhador, capacidade de diagnóstico, de solução de problemas, capacidade de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe, auto-organizar-se e enfrentar situações em constantes transformações.

O avanço desse processo, que abrange os fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais, traz, como conseqüências, mudanças no tamanho e nas atribuições do Estado, a desregulamentação das economias nacionais, a reestruturação do mercado de trabalho, novas formas de organização do trabalho, a flexibilização do trabalho, o crescimento dos empregos precários, o desemprego cíclico e estrutural e a exclusão de contingentes de trabalhadores do mercado formal.

Nessa conjuntura, segundo Deluiz (1997), a educação técnica e profissional não se tem colocado à margem dessa discussão e hoje começa a refletir sobre a necessidade de estar articulada à educação geral, para evitar a dualidade histórica entre educação propedêutica × educação profissional-instrumental, dando respostas à dupla dimensão dos objetivos educacionais: preparar o profissional competente e o cidadão socialmente responsável, o sujeito-político comprometido com o bem-estar coletivo, todavia os sistemas técnicos desenvolvem, simultaneamente, possibilidades (polivalências) e fragilidades. Com o avanço tecnológico, as tarefas tornam-se indeterminadas pelas probabilidades de usos múltiplos dos próprios sistemas e a tomada de decisões passa a depender da captação de uma multiplicidade de informações impetradas por meio das redes informatizadas. O trabalho repetitivo, prescrito, é substituído por um trabalho de arbitragem, em que é preciso diagnosticar, prevenir, antecipar, decidir e interferir em relação a uma dada situação concreta de trabalho. A natureza deste tipo de trabalho reveste-se na imprevisibilidade das situações, nas quais o trabalhador ou o coletivo de trabalhadores tem que fazer escolhas e opções constantemente, ampliando-se as operações mentais e cognitivas envolvidas nas atividades, mas, ao mesmo tempo, propenso a aceitabilidade de seus "custos subjetivos" (CLOT, 1995).

Para Deluiz (1997), não se trata mais, portanto, de uma qualificação formal prescrita do trabalhador para desenvolver tarefas relacionadas a um posto de trabalho, onde as tarefas estavam delineadas, codificadas e podiam ser visualizadas, porém da qualificação real do trabalhador, compreendida como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas).

A qualificação real dos trabalhadores é muito mais difícil de ser observada e constitui-se mais no "saber-ser" do que no "saber-fazer". O conjunto de competências postas em ação em uma ocorrência concreta de trabalho, a articulação dos vários saberes oriundos de várias esferas (formais, informais, teóricos, práticos, tácitos) para resolver problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, a mobilização da inteligência, para fazer face aos desafios do trabalho, constituem características desta qualificação real (DELUIZ, 1997).

Esse conjunto de competências amplia-se para além da dimensão cognitiva, das competências intelectuais e técnicas (capacidade de reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo de trabalho, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos), para as competências organizacionais ou metódicas (capacidade de autoplanejar-se, auto-organizar-

se, estabelecer métodos próprios, gerenciar seu tempo e espaço de trabalho), as competências comunicativas (capacidade de expressão e comunicação com seu grupo, superiores hierárquicos ou subordinados, de cooperação, trabalho em equipe, diálogo, exercício da negociação e de comunicação interpessoal), as competências sociais (capacidade de utilizar todos os seus conhecimentos – obtidos através de fontes, meios e recursos diferenciados – nas diversas situações encontradas no mundo do trabalho, isto é, da capacidade de transferir conhecimentos da vida cotidiana para o ambiente de trabalho e vice-versa) e as competências comportamentais (iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho, resultando no envolvimento da subjetividade do indivíduo na organização do trabalho) (DELUIZ, 1995).

Faz-se mister, entretanto, ressaltar que a qualificação real do trabalhador, o conjunto de suas competências individuais e coletivas, não se constitui como estoque de conhecimentos e habilidades, fixo no tempo, mas como fluxo (ACSELRAD, 1995), uma vez que são mobilizadas e desmobilizadas em um processo sequencial de ajuste no mercado interno e externo de trabalho.

3.2 A LEGISLAÇÃO E AS TRANSIÇÕES NO MEIO EDUCACIONAL

Em nível nacional, com base nos princípios da Constituição Federal, a educação profissional era regulamentada, até 2004:

- pelos artigos 39 ao 42, integrantes do Capítulo III, da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n° 9394, de 20 de dezembro de 1996;
- pelos 12 artigos do Decreto Federal n° 2.208, de 17 de abril de 1997, que, além de regulamentar os artigos 39 ao 42 da nova LDB (acima citados) também regulamentavam o § 2° do artigo 36, enfatizando que “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas [...]”;
- pela Portaria MEC n° 646, de 14 de maio de 1997, referente à rede federal de educação tecnológica (profissionalizante em nível superior);
- pelo Parecer n.º 5/97, que fornece maiores detalhes, resumindo toda a nova LDB 9394/96, inclusive a parte que se refere ao ensino profissionalizante;

- pelo Parecer n.º 17/97, da CEB (Câmara de Educação Básica), que realiza uma análise completa à nível Federal, do Decreto 2.208/97;
- pela Resolução CEB n.º 4 (fundamentada no Parecer CNE/CEB 16/99) que veio, posteriormente, substituir o Parecer n.º 45/72, tentando estabelecer competências, bem como limitar novamente as áreas profissionais de atuação para as quais as mesmas precisariam ser desenvolvidas.

Sobre o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que introduz flexibilidade à educação profissional de nível médio e permite que as escolas sejam autônomas quanto à organização curricular conforme suas necessidades, desde que respeitando as diretrizes do Conselho Nacional de Educação; estabelece a articulação do nível médio com o nível técnico de educação, em diferentes graus, que o decreto chama de integrado ou concomitante ou subsequente e ainda introduz a terminalidade em “etapas”, ou seja, várias vias de saída durante a formação técnica de nível médio e também a graduação tecnológica, sempre observando que o aluno tenha certificação da terminalidade obtida e a possibilidade de continuar os estudos aproveitando a etapa cumprida (BRASIL, 2004).

Já o Decreto n.º 5.224, de 1.º de outubro de 2004¹⁴, concentra-se na organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), tornando-os autônomos administrativamente, no sentido patrimonial, financeiro, didático-pedagógico e disciplinar, ou seja, confere-lhes auto-gestão.

No cenário da legislação, que trata do ensino profissionalizante e sua relação com o Ensino Médio, pode-se revisar o conteúdo legal a partir das determinações emanadas pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que aprovou o Parecer CEB n.º 5/97, contendo instruções preliminares para a aplicação da Lei n.º 9394/96, de âmbito federal. Tal parecer foi homologado pelo Ministro da Educação e do Desporto em 16 de maio de 1997.

Em relação à educação profissional, tal Parecer esclarece, em linhas gerais, que: “[...] a educação profissional se faz presente na lei geral da educação nacional, em capítulo próprio, [...]”, o que indica tanto a sua expressividade no panorama da educação brasileira quanto a necessidade de sua regulamentação específica, o que seria uma tentativa de especificar mais detalhadamente o papel do ensino profissional, mas dentro das determinações da nova LDB, que foi também realizado pelo Decreto Federal n.º 2.208/97. Dessa forma, o artigo 6º, inciso I,

¹⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Decreto_5.224.pdf Acesso em Jul/Ago/2008.

do Decreto 2.208/97 citado, estabelece que:

O Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, estabelecerá diretrizes curriculares nacionais, a serem adotadas por área profissional. Entretanto, até que tal medida tenha sido efetuada, permanece o que está definido e aprovado, ou seja, as habilitações implantadas com base no Parecer nº 45/72, [...] (BRASIL, LDB, 1997).

Como é sabido, já se constitui em passado, pois, posteriormente, o Parecer CNE/CEB 16/99 - juntamente com a Resolução CEB nº 4, fundamentada através do mesmo Parecer, acabaram por definir o conceito de competência para a formação profissional (Resolução 4), bem como delimitaram as diferentes áreas de atuação profissional (Parecer 16) e, dessa forma, tais substituições legais acabaram por modificar, tanto em conteúdo legal quanto em funcional, o antigo Parecer 45/72.

Conforme o Parecer CEB nº 5/97:

[...] na parte referente à educação profissional, fica patente, na nova LDB, o reconhecimento do papel e da importância desta modalidade de ensino. Pela primeira vez, consta em uma lei geral da educação brasileira um capítulo específico sobre educação profissional [capítulo III inteiro] [...].

Sobre o Artigo 40º, da LDB 9.394/96, que diz: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho [...]”, corresponde à tradução de que o ensino profissionalizante passa a integrar toda diversidade de educação, do trabalho, da ciência e da tecnologia, preparando e desenvolvendo aptidões e competências no indivíduo, a fim de que este consiga ser absorvido no mercado de trabalho de forma positiva, e, tal qual o entendimento que se fez no princípio deste estudo, o lado negativo dessa idéia é de que desvaloriza, parcialmente, a educação e as instituições educacionais, com relação à formação humana no sentido de valores, cedendo lugar ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho, pois a educação, através da formação profissional, passa a ser vista como uma munição que alimenta a competitividade.

Segundo o Art. 42 da nova LDB, as instituições especializadas oferecerão programas abertos à comunidade, sendo que a exigência para a matrícula será a capacidade de aproveitamento e não mais o nível de escolaridade propriamente, ou seja, o aluno que adquirir competência no nível profissional básico poderá ser aproveitado em cursos de níveis técnico ou tecnológico, mediante avaliação a ser feita na instituição em que o interessado pretenda se matricular — isso remete ao pensamento de que o conhecimento prévio e a experiência profissional tornam-se essenciais nessa situação, assim, o certificado de competência servirá

de instrumento para a democratização da educação profissional.

Isso implica valorizar, cada vez mais, a formação continuada, e é dessa forma que as instituições como o CEFET SVS/RS devem estar sempre procurando preparar seus alunos para os desafios do mundo do trabalho.

3.3 O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS: PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

O espaço do Rio Grande do Sul se apresenta como importante colaborador na economia e na cultura brasileira, pois é um Estado que se destaca pela sua produção agrícola e pecuária, cuja participação é considerável na cadeia produtiva, principalmente com relação à soja, arroz, milho, fumo, trigo, entre outras culturas; na pecuária, a maior concentração do rebanho gaúcho está no oeste e sul do estado, cujas criações se fazem notar entre bovinos, suínos, aves e ovinos. Os dados da estrutura do PIB do estado mostram que o Estado apresenta uma indústria diversificada que se desenvolveu a partir das agroindústrias e de outros segmentos ligados ao setor primário.

Já no contexto do município gaúcho de São Vicente do Sul, mais especificamente fazendo referência ao CEFET SVS/RS, esse está situado numa região praticamente agropecuária, cuja população busca identificar-se e caracterizar sua economia baseada no setor primário/secundário (FEE, 2005). Portanto, aqueles que procuram efetivar seus estudos na instituição, pertencem desde a classe média baixa de forma majoritária, até indivíduos de classe média alta.

São, geralmente, filhos de agropecuaristas, praticamente adolescentes que cultivam a idéia de dinamizar e arrojar as práticas que observam em seus locais, ou indivíduos que já estão inseridos numa realidade baseada na economia agropecuária, com amplas chances de atuarem nesse espaço.

Particularmente sobre o município de São Vicente do Sul/RS, esse se caracteriza por centralizar os acessos às demais cidades da Fronteira Gaúcha, por este motivo é conhecido como "Cancela da Fronteira". Apresenta-se como centro das rodovias RS 241 e BR 287, que liga São Borja a Rio Grande, facilitando o escoamento da produção essencial, que é a Agropecuária, com destaque para as culturas de arroz, soja, milho e rebanhos de corte: bovino e ovino, pois está localizado na Depressão Central do RS, limitando-se ao norte com o

Município de Jaguari; ao sul, com Cacequi; a leste, com São Pedro do Sul e Mata; e a oeste, com São Francisco de Assis e Alegrete, cujo clima predominante é o subtropical (CEFET SVS/RS, 2008).

No contexto histórico, São Vicente do Sul é a expressão de um antigo aldeamento de índios guaranis, cujas origens remontam desde o ano de 1632, quando da chegada de jesuítas espanhóis, que, no decorrer da sua evolução, imprimiu uma população com forte influência das etnias alemã, italiana, indígena e portuguesa, em que a data de criação do município se deu no dia 29/04/1876, conforme a Lei nº 1.032, e, atualmente (2008) a população total aproxima-se ou supera-se aos 8.361 habitantes numa área de 1.174,9 km² e, nessa extensão, pratica-se uma economia baseada na agricultura e pecuária, como é o caso da maioria dos municípios do Rio Grande do Sul, cuja principal cultura é o arroz que está em nível de expansão; a expressão na criação dos rebanhos bovino, ovino, caprino, eqüino, suíno e aves é considerável, e que delineiam uma significativa produção de leite, lã, ovos, entre outros derivados que sustentam as indústrias têxteis e de laticínios. (CEFET SVS/RS, 2008).

Dessa forma, num contexto mais específico sobre o espaço social relacionado ao espaço educacional em questão, o *ambiente econômico* está voltado à natureza e à direção da economia em que a instituição está inserida. Os autores Fahey e Randall (1999) referem-se às mudanças estruturais das transformações no âmbito interno e através dos setores de economia e o CEFET SVS/RS está, justamente, situado num cenário voltado à produção, cuja economia é muito forte e solicitada, que é o Setor Primário, que sempre está atuante, sofrendo altos e baixos conforme a política e o comportamento econômico nacional e internacional.

O *ambiente político* do CEFET SVS/RS é formal, pois está sujeito à composição das ferramentas reguladoras, ou seja, a expressão das leis, dos órgãos governamentais, dos grupos de pressão que influenciam várias organizações e pessoas da sociedade, são normatizadores para que os trabalhos consigam fluir com ética e dinâmica (FAHEY e RANDALL, 1999).

A respeito do *ambiente tecnológico*, no dizer de Fahey e Randall (1999), esse ambiente envolve o desenvolvimento do conhecimento e as suas aplicações são subdivisíveis nas seguintes áreas: pesquisa, desenvolvimento e operações, situação em que o CEFET SVS/RS está plenamente envolvido, buscando, em seus laboratórios e em seus recursos humanos, toda condição possível para acompanhar as últimas tendências tecnológicas para beneficiar as práticas da produção e da administração.

No *ambiente ecológico*, não só está a preocupação que os profissionais precisam ter sobre as ameaças e as oportunidades associadas a quatro tendências do ambiente ecológico: escassez de matéria-prima; custo de energia crescente; níveis crescentes de poluição, mas

também sobre as mudanças do papel dos governos em relação à proteção ambiental, conforme ressaltam Fahey e Randall (1999). O CEFET SVS/RS assinala sua participação quando trabalha, nos processos de ensino e de aprendizagem, as metodologias e as técnicas menos agressoras ao meio ambiente e ao cenário rural, motivando o cumprimento de legislações e do empenho em produzir sem sacrificar os recursos que estão disponíveis, além de buscar conscientizar, durante a formação do indivíduo, a necessidade da preservação dos recursos naturais e do equilíbrio sobre as interferências do homem na natureza. Já o *ambiente sócio-cultural*, de acordo com Fahey e Randall (1999), reflete a formação dos componentes comportamentais, hábitos, valores, crença e muitas outras variáveis, que o enfoque sistêmico procura identificar e entender, em que o CEFET SVS/RS ressalta o respeito pela identidade dos seus alunos, bem como das possíveis características que envolvem as diversas paisagens que estruturam os campos de trabalho que abrigará os egressos formados ali.

Vê-se que é um ambiente muito favorável à formação de Técnico Agrícola, que é regulamentada pela Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968 e pelo Decreto Federal nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002 e Decreto Federal nº 90922, de 06 de fevereiro de 1985, que cria a profissão e fixa as atribuições profissionais da categoria. Hoje, há o *Sindicato dos Técnicos Agrícolas* — SINTARGS, sob registro no Ministério do Trabalho como categoria profissional liberal integrante do 35º grupo no plano da *Confederação Nacional das Profissões Liberais* — CNPL de acordo com a Portaria Ministerial nº 3.156, de 03 de junho de 1987 e Carta Sindical emitida em 11 de novembro de 1987, sob o código sindical nº 012.000.02795-6, e, ainda, tem-se a *Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas* — FENATA e a *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura* — CONTAG, formalizando, aí, toda uma estrutura para amparar aquele que optou pela formação técnica.

Sobre a remuneração do profissional técnico, não existe amparo legal a respeito e que, segundo o *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul* — CREA/RS, há o emprego da equivalência com relação àquele formado em curso superior (graduação), que segue a Lei n. 4.950-A, de 22/Abr/1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, em Química, em Arquitetura, em Agronomia e em Veterinária, ou seja, o piso salarial do profissional com curso de graduação serve como referência para um possível acordo com a remuneração do trabalho do profissional técnico, em que a referência se baseia na metade do salário de um profissional graduado, aproximadamente, ou seja, de 06 (seis) salários mínimos do graduado, para 03 (três) salários mínimos do técnico.

Conforme o SINTARGS, através da exposição feita pelo Deputado Federal Paulo Pimenta, já no ano de 2007, apresentou-se o Projeto de Lei n. 2.875/2004, que regulamenta o piso salarial dos Técnicos Agrícolas (SINTARGS, 2008).

Já a Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas (FENATA) dispõe de uma tabela de honorários que objetiva padronizar e aplicar os serviços profissionais dos Técnicos Agrícolas e que ficaram estabelecido com a denominação de Unidade Técnica Agropecuária (UTA) no valor de 10% (dez por cento) do salário mínimo, referente aos honorários dos serviços, não impedindo que o profissional cobre além desse valor, da mesma forma que faz referência às despesas de viagens, às estadias, apesar de a mão de obra de operários não estarem incluídas, argumenta que a quilometragem percorrida pode ser cobrada na base de 50% do custo da gasolina/km rodado (FENATA, 2008).

Por iniciativa do SINTARGS, o estado de legalidade e de constitucionalidade, determinado em Brasília, para a apresentação do projeto que valoriza e fixa um piso salarial para os Técnicos Agrícolas, acompanhando-se da análise junto ao Governo Federal, acerca da construção do Conselho de Fiscalização Profissional dos Técnicos Agrícolas, baseada em proposta, ansiosamente almejada pela categoria dos Técnicos desde 1968, cujo início das discussões sobre a criação da profissão que previa a criação dos conselhos, culminou com a aprovação da Lei nº 5.524/68.

Sobre o reconhecimento da atividade do profissional técnico, conforme a SINTARGS, a Carteira Profissional do Técnico Agrícola tem como objetivo principal servir como fonte de consulta sobre a organização da categoria, da luta efetivada, da conquista da Legislação Profissional, da sugestão de tabela de honorários dos serviços técnicos, da formação profissional e de outros assuntos de interesse do Técnico Agrícola em suas diversas habilitações e empresas do ramo.

Os profissionais de nível médio, Técnico Agrícola – Habilitação em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria, desenvolvem competências vinculadas à realidade operacional que se fazem presente através das manifestações econômicas, sociais e ambientais, buscando, na agricultura, na zootecnia e na agroindústria, competências e recursos humanos capazes de satisfazê-las, sustentando todo o conhecimento, a prática e a capacitação por intermédio do planejamento, da organização e da exploração/manutenção e manejo do solo, animais e produtos para industrialização, de acordo com suas características.

Torna-se essencial revisar a formação técnica do profissional que atua no meio rural e, então, compreender o contexto de sua atuação articulado com o mundo do trabalho — é o que obviamente vai responder à questão sobre a condição qualitativa daquele que freqüentou o

CEFET SVS/RS e hoje está adequado à realidade, confirmando (ou não) o que significa o ensino nele concluído.

De acordo com o CEFET SVS/RS (2008), o perfil para tornar-se um profissional de nível médio (Técnico Agrícola — Habilitação em Agricultura), é o seguinte:

[...] deverá desenvolver ações relacionadas à análise das características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da Agricultura a serem implementadas, bem como o planejamento, a organização e o monitoramento da exploração e manejo do solo de acordo com suas características. Além disso, este profissional deverá ser capaz de buscar alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas, produção de mudas (viveiros) e sementes, através da prática de cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação, identificando os processos e os efeitos resultantes da relação entre solo e planta. Deve, ainda, em suas atividades técnicas, selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos e planejar ações referentes aos tratos culturais, à colheita e à pós-colheita. Em relação às competências técnicas relacionadas ao gerenciamento, deve ser capaz de projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimento, elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos topográficos e de impacto ambiental e de incorporação de novas tecnologias. Na propriedade ou nas empresas agropecuárias, o técnico deve ter uma visão geral da propriedade e, por essa razão, tem a competência para gerir projetos que envolvam pela produção animal e agroindustrial (BRASIL, CEFET, 2008).

Sobre o Técnico Agrícola - Habilitação em Zootecnia,

[...] deverá desenvolver ações relacionadas à análise das características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da Zootecnia a serem implementadas, bem como as atividades relacionadas à produção animal, melhoramento genético, nutrição animal, produção de forragens, manejo das criações, os cuidados com a sanidade animal, obtenção e preparo da produção. Em relação às competências técnicas relacionadas ao gerenciamento, deve ser capaz de projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimento, elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos topográficos e de impacto ambiental e de incorporação de novas tecnologias. Na propriedade ou nas empresas agropecuárias, o técnico deve ter uma visão geral da propriedade e, por essa razão, tem a competência para gerir projetos que envolvam pela produção vegetal e agroindustrial (BRASIL, CEFET SVS/RS, 2008).

Pode-se, então, registrar que, no âmbito da formação técnica-profissional,

- os técnicos agrícolas, com habilitação em Agricultura, buscam a otimização do conhecimento e suas práticas reais, compreendendo vários aspectos das lides rurais, como os fatores climáticos e sua influência sobre a produção; técnicas e métodos de abordagem sobre materiais e parque de máquinas; práticas de cultivos; identificação dos processos entre solo, planta e custos, enfim, esse profissional em formação, ou já formado, deve ser capaz, ainda, em suas

atividades técnicas, de selecionar e aplicar métodos de controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de defensivos agrícolas; e planejar ações referentes aos tratos culturais, à colheita e à pós-colheita, isso tudo em dois cenários: na prática e na orientação que pode oferecer.

- Já os Técnicos Agrícolas, com habilitação em Zootecnia, devem ser capazes de operar, considerando a análise das características econômicas, sociais e ambientais locais e regionais, para identificar quais atividades podem ser implementadas e relacionadas à produção animal, melhoramento genético, nutrição animal, produção de forragens, manejo das criações, cuidados com a sanidade animal, obtenção e preparo da produção e, em ambos os casos, além do conhecimento, deve estar aliada a capacidade administrativa/gestora, destacando-se a capacidade de serem habilidosos e autônomos na projeção e aplicação de inovações sobre os empreendimentos. Somam-se a tudo isso, ainda, condições de elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos topofiguras de impacto ambiental e de incorporação de novas tecnologias.
- Sobre os profissionais com habilitação em Agroindústria, buscam estes desenvolver ações relacionadas ao planejamento, à orientação, à execução, ao acompanhamento e ao controle de etapas do processo agroindustrial, agregando-se a capacidade de gerenciamento e de execução sobre as atividades de aquisição e comercialização de matérias-primas, insumos e produtos finais, bem como o assessoramento de estudos de implantação e desenvolvimento de projetos agroindustriais, conforme as normas de segurança no trabalho e de proteção ambiental.

Dentre os vários desafios a serem superados, especialmente pela educação profissional na área agropecuária, esta o de promover uma formação competente e crítica, além de ter de oportunizar uma formação técnica de acordo com os novos tempos.

Portanto, os técnicos têm ascendente importância social e profissional, pois são eles que irão atuar, diretamente, na orientação do agricultor, sobre o uso adequado de produtos e equipamentos, na realização de práticas agrícolas que conduzam ao desenvolvimento humano, econômico e sustentável do setor primário.

As questões agropecuárias, que envolvem o produtor rural, sempre são alvo de vários fatores negativos, seja na realidade social, econômica e política, como também das condições ambientais. Isso leva a crer que aquele em formação ou já atuante a partir do curso técnico

deve, além de reunir competências, deve somá-las à visão crítica e a toda condição possível de como atuar junto a essa realidade e às transformações que se operam nela, afetando o produtor.

Contudo, uma atitude inteligente remete à revisão do profissional formado, desde a instituição até as diversas áreas de atuação do mundo do trabalho que demandam este recurso humano preparado, para se refletir de forma qualitativa e quantitativa a respeito da formação técnica profissional e ao nível de satisfação ou ao retorno dos que freqüentaram o CEFET SVS/RS, para validar seu ensino.

3.4 A IMPORTÂNCIA DO EGRESSO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL/RS COMO CONTATO DA REALIDADE EDUCAÇÃO × FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

É importante, neste momento, fazer-se uma análise sucinta sobre a agropecuária brasileira, evidenciando o mundo do trabalho, suas relações com os processos de qualificação profissional e com a atuação de recursos humanos na realidade.

Conforme Furtado (2006), em geral, considera-se as seguintes tendências sobre a agropecuária brasileira:

- *liberação de mão-de-obra*: ao longo do processo de industrialização, a força de trabalho antes concentrada no campo deve ser transferida para as indústrias. Sem esta transferência, haverá escassez de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano, aumentando os custos de produção da indústria em função da elevação de salários. Desse modo, a agricultura deve aumentar sua produtividade por trabalhador, a fim de poder “fornecer”, às cidades, parte da mão-de-obra que, até então, a agricultura utilizava;
- *produção de alimentos e manutenção de matérias-primas*: na medida em que ocorre o crescimento das zonas urbanas e o desenvolvimento da indústria, esses setores necessitam, cada vez mais, de produtos fornecidos pela agricultura (alimentos e diversas matérias-primas). Levando-se em consideração que a mão-de-obra no campo está diminuindo em virtude de sua transferência para as indústrias, o aumento de produtividade deve ser substancial no setor agrícola. A falta de alimentos e de matéria-prima pode inviabilizar a continuidade do processo

de industrialização e/ou gerar sérios problemas que, em geral, se refletem em aumento dos preços daqueles bens, gerando assim inflação;

- *transferência de capital*: quando se parte de uma economia tipicamente agrícola, não só os trabalhadores estão concentrados no campo, mas também o capital está aplicado na agricultura; desse modo, a industrialização exige que parte destes recursos seja transferida para o investimento em setores industriais;
- *geração de divisas*: uma importante função do setor agrícola é manter elevado o nível de exportações a fim de viabilizar, com as divisas obtidas com estas exportações, a importação de máquinas e equipamentos necessários ao processo de industrialização;
- *mercado consumidor*: a agricultura também se constitui em importante mercado consumidor dos produtos gerados no setor industrial e nas cidades de modo geral. À medida que a agricultura se desenvolve, ela necessita, gradativamente, de implementos agrícolas, como tratores, colheitadeiras, produtos químicos, dentre outros, que são fornecidos pela indústria. Além disso, dependendo da renda gerada na agricultura e da sua distribuição, pode haver crescimento da demanda por produtos de consumo, como televisores, automóveis, eletrodomésticos e de toda sorte de supérfluos.

Furtado (2006) comenta sobre o papel desempenhado pela agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro:

A agricultura não representa um entrave ao desenvolvimento, pelo contrário, ela abastece os setores secundário e terciário, potencializando a economia, mesmo a própria agricultura não ser tão incentivada nas esferas política e econômica, onde os produtores enfrentam dificuldades adversas [...]. Porém, quando se olha de uma perspectiva ampla, a agricultura expandiu-se e diversificou-se, de modo que, com algumas dificuldades, cumpriu e cumpre seu papel no processo, apesar de ser prejudicada pela política econômica do governo. (FURTADO, 2006, p. 88)

O processo de modernização, conforme Furtado (2006), teve as seguintes características:

- Aumento do grau de mecanização e quimificação das propriedades rurais, o que promoveu importante aumento de produtividade no setor, pois em certas regiões, a agricultura brasileira cresceu de forma intensiva (ou seja, aumento da produção utilizando a mesma quantidade de terras para plantio) e não de modo extensivo (aumento de área plantada), como sempre foi o caso na história agrícola brasileira.

Esta característica tem, por consequência, o aumento da demanda por mercadorias industriais.

- Aumento forte na produção, no início de bens exportáveis e depois também de produtos destinados ao mercado doméstico.
- Crescimento da agroindústria; ocorreu maior interligação entre o setor agrícola propriamente dito com seus fornecedores, chamados setores “a montante” (setores de máquinas, equipamentos, fertilizantes,...) e com seus compradores, setores ditos “a jusante” (indústrias processadoras de produtos agrícolas).
- O lado perverso da modernização agrícola ocasionou o aumento da concentração fundiária, o crescimento da utilização de mão-de-obra temporária e o aumento relativamente lento do pessoal ocupado no setor. Esses elementos contribuíram para o decréscimo acirrado na distribuição de renda no setor.

Quanto ao comportamento do setor de serviços, é importante destacar que ele nunca é o carro-chefe da economia, mas tende a acompanhar o desempenho do setor dinâmico, seja este a agricultura ou a indústria, pois, de acordo com Gonçalves (1994),

Quanto mais se produz, maior será a atividade do comércio; quando há uma retração do produto da economia, o comércio pára de vender e se retrai. Quando a economia está crescendo, mais agentes tendem a tomar emprestado para investir, antecipar consumo etc. [...] assim é o relacionamento entre os setores da economia: a agropecuária alimenta a indústria, que alimenta o comércio, que sustenta a sociedade [...], portanto, que o setor serviços não determina o ciclo econômico, mas é por este determinado [...] (GONÇALVES, 1994, p. 128).

Traçando um paralelo entre o que significa a atuação do sistema educacional em relação às necessidades do mercado de trabalho, Paro (1979, p. 95) escreve que a preocupação vigente, há algum tempo, é especificamente sobre o desempenho do sistema educacional brasileiro frente às necessidades do mercado de trabalho e a oferta de mão-de-obra qualificada.

Veleda (1970, p. 93), ao analisar a situação do mercado de trabalho, também englobando o do técnico em Agropecuária no Rio Grande do Sul, conclui que as instituições não dispõem de visão e avaliação correta sobre a questão, pois não há um acompanhamento sistemático com relação aos seus egressos. Em termos de uma reformulação curricular, informações trazidas por eles, sejam por experiências e descobertas, podem ajudar a transformar o panorama educacional num processo de formação mais dinâmico e coerente.

O contato com os egressos e suas falas sobre o que estão realizando a partir da

preparação recebida pode ser uma preocupação constante dos Centros Federais de Educação Tecnológicas — CEFETs, no sentido de avaliar o seu papel na vida profissional do técnico e sua performance como instituição formadora.

A partir da situação descrita anteriormente, é interessante revisar o ambiente educacional profissionalizante do CEFET SVS/RS, visto que se torna necessário descrever as configurações que alicerçam esta importante instituição no contexto regional gaúcho, que é centro de referência nacional na qualificação profissional agropecuária.

Com base na necessidade de avaliar a formação de recursos humanos, para que possam atuar como agentes de mudanças das estruturas rurais, cabe, aos Centros Federais de Educação Tecnológicas com cursos para Agropecuária, um relevante papel, atuando na fixação do homem no meio rural, através de sua educação técnica, direcionando-os ao uso constante das suas habilidades intelectuais e manuais.

É necessário registrar, a seguir, as configurações que demarcam o CEFET SVS/RS como referência de ensino, saber quais são seus mecanismos de ação que o tornam uma das melhores referências na educação e formação de Técnicos Agrícolas na região.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um questionário é extremamente útil quando um investigador pretende recolher informação sobre um determinado tema. Desse modo, através da aplicação de um questionário a um público-alvo constituído, por exemplo, de alunos, é possível recolher informações que permitam conhecer melhor as suas lacunas, bem como melhorar as metodologias de ensino, podendo, desse modo, individualizar o ensino quando necessário (AMARO; *et al.*, 2004), pois, corroborando com a idéia de Muñoz (2003):

El cuestionario es un procedimiento considerado clásico en las ciencias sociales para la obtención y registro de datos. Su versatilidad permite utilizarlo como instrumento de investigación y como instrumento de evaluación de personas, procesos y programas de formación. Es una técnica de evaluación que puede abarcar aspectos cuantitativos y cualitativos. Su característica singular radica en que para registrar la información solicitada a los mismos sujetos, ésta tiene lugar de una forma menos profunda e impersonal, que el "cara a cara" de la entrevista. Al mismo tiempo, permite consultar a una población amplia de una manera rápida y económica (MUÑOZ, 2003).

Privilegiou-se a aplicação de um questionário via internet, online, aos egressos do Centro Federal de São Vicente do Sul/RS, (Apêndice A), que pertenceram às turmas de 2002 a 2007, por ser um material de retorno rápido, sem custos e por proporcionar melhor análise de dados sobre a realidade dos egressos, na fala dos próprios egressos, e que estão trabalhando e/ou residindo no Rio Grande do Sul e também em outros Estados do Brasil. Registraram-se, então, informações que contribuíram para a formação de um parecer sobre o significado do CEFET SVS/RS como espaço educacional atuante numa sociedade que busca o desenvolvimento de vários cenários, principalmente o agropecuário da Região Sul, como também nas regiões de Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, entre outros, já especificados no capítulo anterior.

A seguir, coloca-se em evidência a pesquisa de campo, em que foram remetidos, via internet, questionários-entrevista a 149 (cento e quarenta e nove) egressos, obtendo-se respostas de apenas 41 (quarenta e um) deles¹⁵, de um total de 560 (quinhentos e sessenta) ex-alunos, formados no período correspondente aos anos de 2002 a 2007.

Iniciando a exposição dos resultados sobre a pesquisa de campo empreendida, na figura 1, constata-se que, atualmente (2008), 64% dos egressos possuem a idade entre 21 e 24

¹⁵ Conforme justificado, muitos dos egressos não manifestaram contato devido a dificuldades como acesso à Internet, desatualização dos endereços de webmail que fizeram retornar os questionários, entre outras.

anos; 21% entre 17 e 20 anos; e 15% entre 25 e 28 anos, ou seja, isso representa um perfil jovem na profissão de técnico agrícola e para o mundo do trabalho.

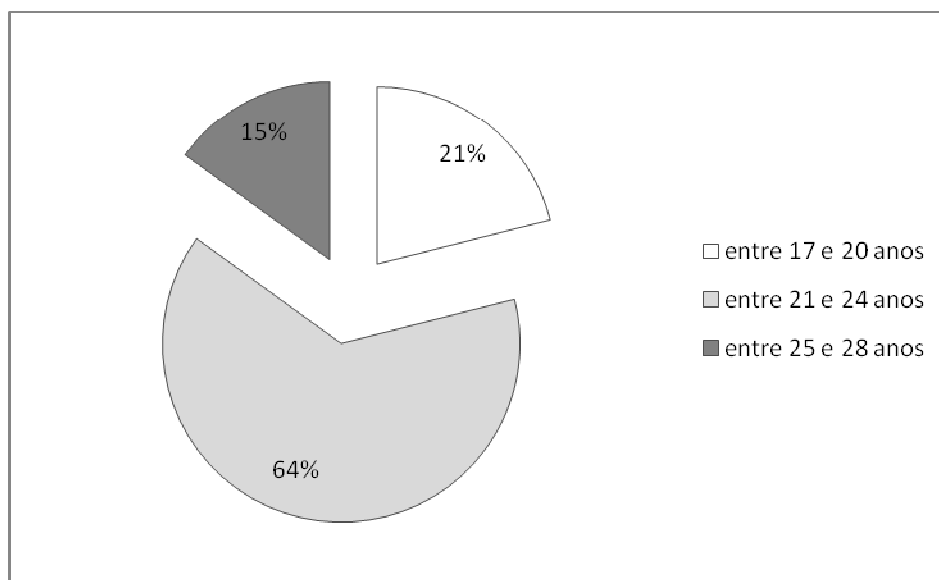


FIGURA 1 – Frequência relativa por intervalos de classe de idade sobre os egressos entrevistados.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Em relação à frequência por gênero, na soma total entre os anos de 2002 a 2007, observa-se que o contingente feminino apresenta-se ainda bem inferior ao masculino, no caso representando em torno de 21% conforme registro oferecido pelo Setor de Registros Escolares (SRE), do CEFET SVS/RS (2008), considerando ambos os cursos (concomitante e subsequente). O registro denota também uma variação, porém há de se salientar que, comparando-se com o ano de 1998, o crescimento foi expressivo. Essa desproporção foi observada nas respostas aos questionários, pois somente duas alunas responderam à entrevista, sendo que uma delas está atuando (2007/2008) na área e é remunerada com um salário mínimo, enquanto que a outra não está trabalhando.

Todavia, conforme Abramo (2002), essa incorporação feminina ao mercado de trabalho vem sendo uma tendência lenta e de longo prazo, marcada por contrastes, avanços e retrocessos, sem que se tenha produzido uma verdadeira ruptura com os processos e estruturas que geram as desigualdades de gênero. Atualmente, já é reconhecida a força de trabalho feminina, apesar da desigualdade salarial, dados corroborados pelo Segundo Relatório sobre Discriminação no Mercado de Trabalho, editado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2005) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registram o seguinte: os homens ganhavam R\$715,00 em 1995, tiveram seu ganho reduzido para R\$632,00 em 2005, cerca de

12%, e, no caso das mulheres que ganhavam R\$447,00 em 1995, tiveram seu ganho aumentado para R\$474,00 em 2005, cerca de 6%.

Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) coloca que, em 2004, o Brasil era composto por 48,7% de homens e 51,3% de mulheres. Em relação ao mercado de trabalho, a participação feminina vem crescendo de maneira contínua desde a década de 70, apesar disso, as mulheres encontram mais dificuldades para ocupar postos de trabalho, sejam eles formais ou informais. Por isso, é importante considerar os registros da pesquisa, quando os homens recebiam (em média) R\$692,00 ao mês, as mulheres recebiam apenas R\$440,50, o que equivale a cerca de 2/3 do salário masculino (IPEA, 2005).

Dos alunos que responderam ao questionário, apresenta-se a figura 2, que demonstra uma maioria quase absoluta de egressos do sexo masculino, atingindo 94%, e uma minoria de 6% do sexo feminino. Isso traduz uma preferência significativamente maior dos homens pela profissão de Técnico Agrícola, reafirmando que o ensino agrícola ainda segue uma cultura conservadora e masculina quanto ao fazer no campo. No contexto histórico, a mão-de-obra feminina tem grande importância, principalmente nas pequenas propriedades do Sul do Brasil, porém a dimensão de sua participação nas atividades agrícolas não tem crescido na mesma proporção que em outras áreas.

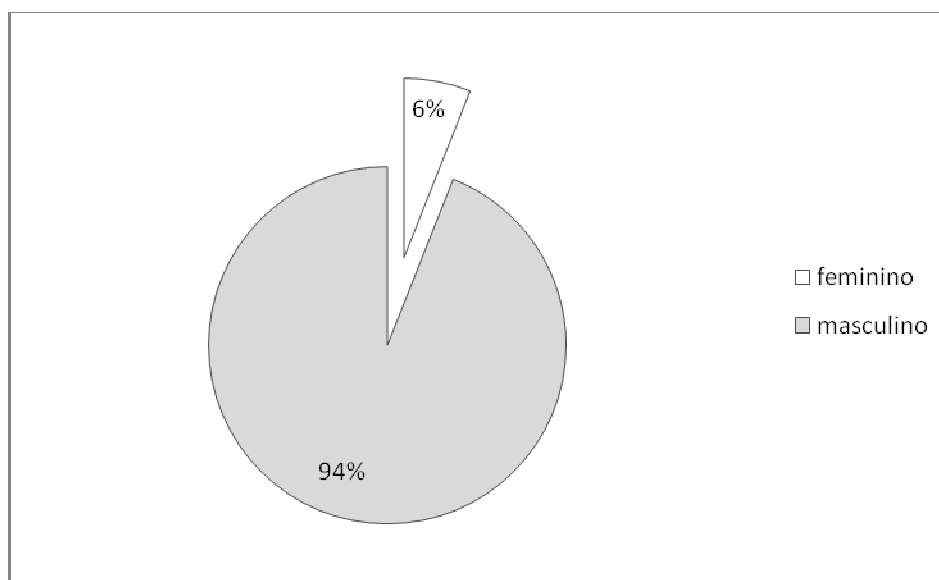


FIGURA 2 – Frequência relativa por sexo sobre os egressos entrevistados.
FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Em relação às modalidades de cursos mais procurados, observa-se, na figura 3, que 37% das respostas demonstram a opção pelo Curso Subseqüente em Agricultura, 33% a

modalidade Concomitante em Agricultura e 27%, a Concomitante em Zootecnia.

Nesse sentido, o caráter de formação continuada, considerando especialmente a questão *tempo de conclusão* para o ingresso rápido no mercado de trabalho parece influenciar na escolha. Nesse caso, os resultados demonstram que 37% dos egressos ao iniciarem sua formação no CEFET SVS/RS com a formação básica ou ensino médio concluído, buscando, na instituição, a formação técnica que os habilitará para o trabalho.

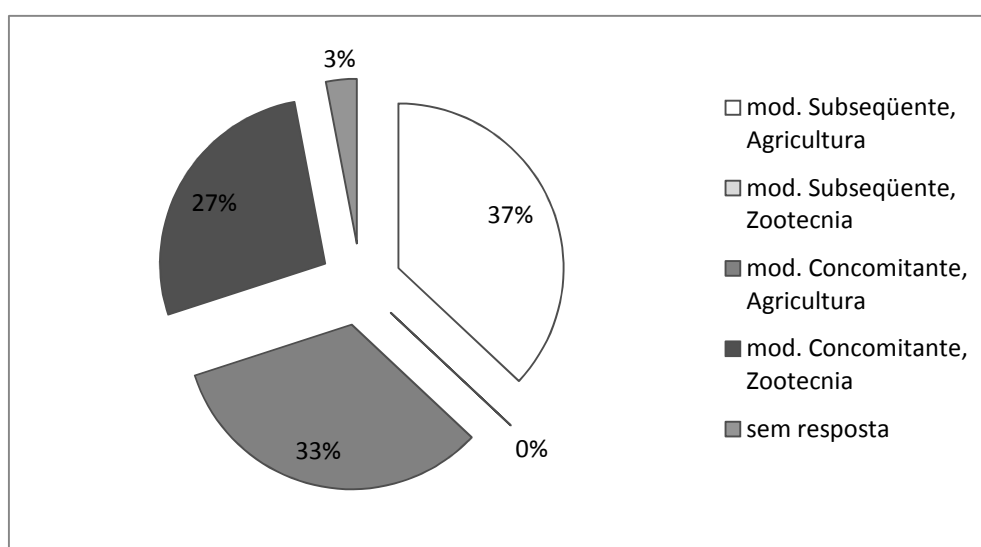


FIGURA 3 – Alunos matriculados nas modalidades Subseqüente (Agricultura e Zootecnia) e Concomitante (Agricultura e Zootecnia).

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Quanto ao atendimento das expectativas, 88% dos egressos, que responderam ao questionário proposto, acreditam que o curso realizado no CEFET SVS/RS correspondeu às suas expectativas, quanto à sua formação profissional e à aquisição de competências, porém 12% deles não tiveram suas expectativas atendidas, de acordo com a Figura 4, e tais respostas podem estar relacionadas tanto à qualidade do ensino quanto à empregabilidade proporcionada pela formação.

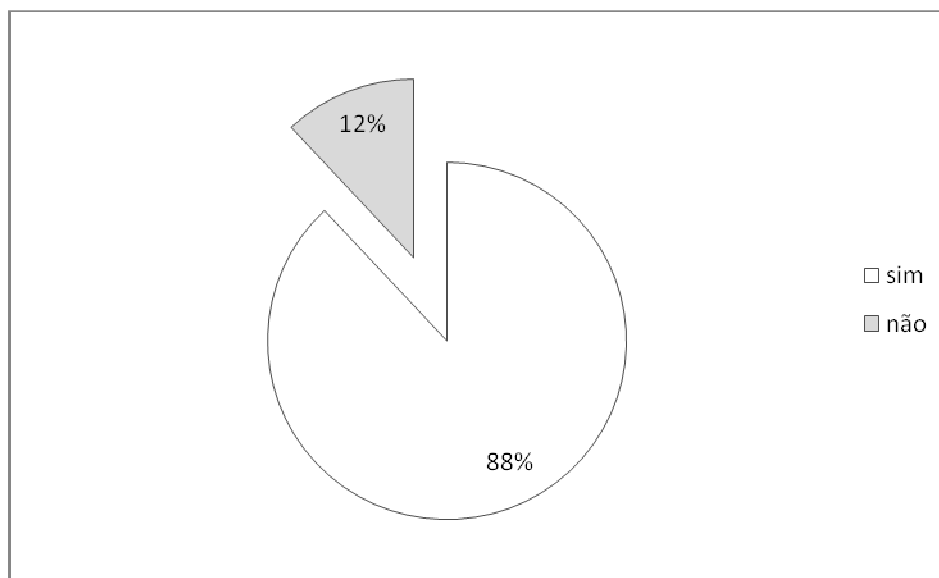


FIGURA 4 – Atendimento das expectativas dos alunos egressos quanto à formação profissional.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

O tempo de permanência desses alunos, na instituição, também foi avaliado e está expresso na figura 5. Dentre aqueles que responderam, 82% manifestam que o tempo foi suficiente e 18% acreditam que o tempo de duração foi insuficiente. Nessa análise, teve peso significativo a grade curricular, a metodologia de ensino e o tempo para estágio, sendo que todos esses itens contribuem para que a formação ocorra com a qualidade esperada e no menor tempo possível.

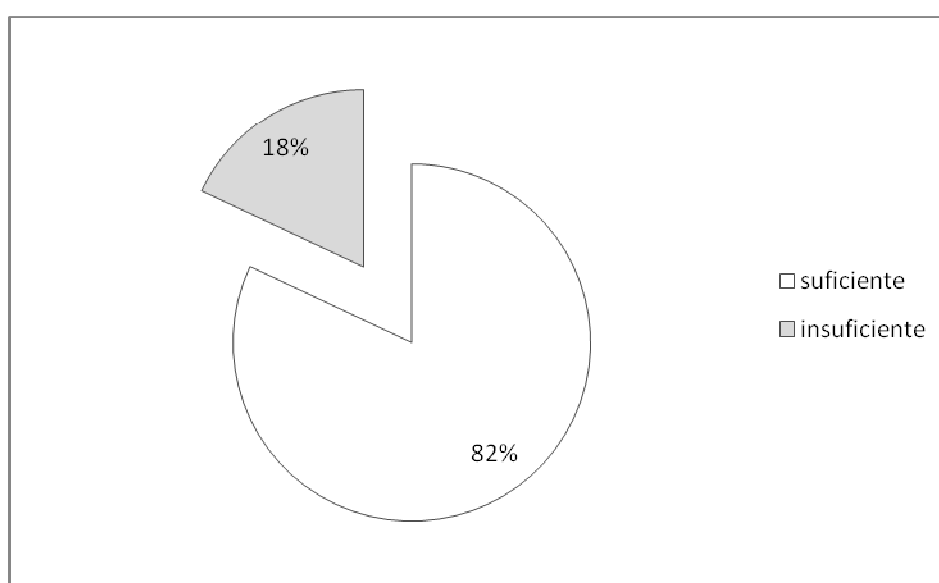


FIGURA 5 – Satisfação dos alunos egressos quanto ao tempo de duração do curso.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Visualizando a figura 6, sobre a importância dada pelo egresso às disciplinas

desenvolvidas durante sua formação, a maioria deles, 94%, afirmam que as disciplinas básicas tiveram um papel relevante no desenvolvimento da sua formação profissional e 6% consideram irrelevantes, ou seja, a grade curricular, quanto a formação comum, satisfaz os alunos, promovendo a instrumentalização para o desenvolvimento de competências.

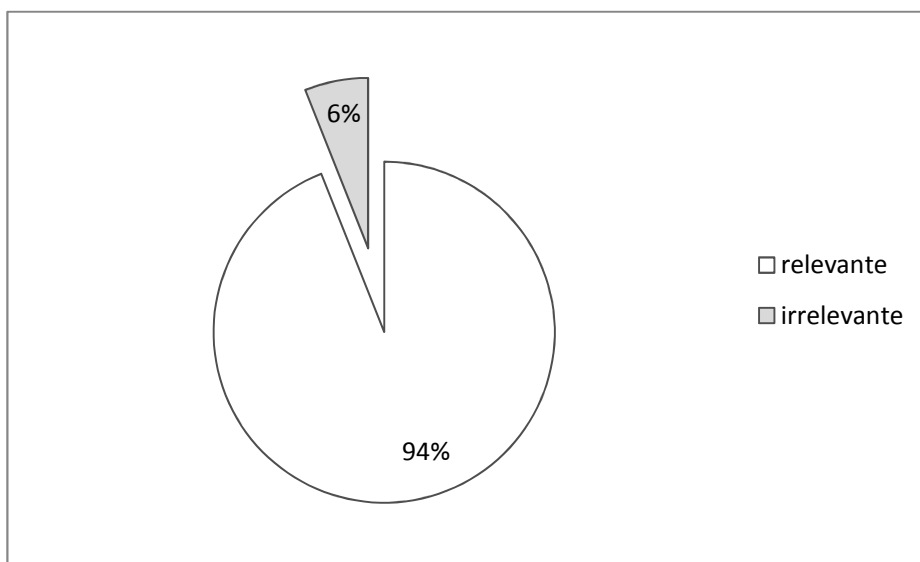


FIGURA 6 – Relevância das disciplinas básicas para a formação profissional do Técnico Agrícola.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Em relação à importância das disciplinas profissionalizantes, as quais permitem que os futuros técnicos possam desenvolver suas atividades, 94% responderam que elas foram significativas para a sua formação profissional e, para o índice de 6%, não foi significativo, conforme a figura 7. Embora não seja um valor significativo dentro do universo pesquisado, parece ser contraditório, pois são essas disciplinas que, pela opção desses alunos em buscar educação profissional, deveriam ter mais relevância em função de sua aplicabilidade no trabalho.

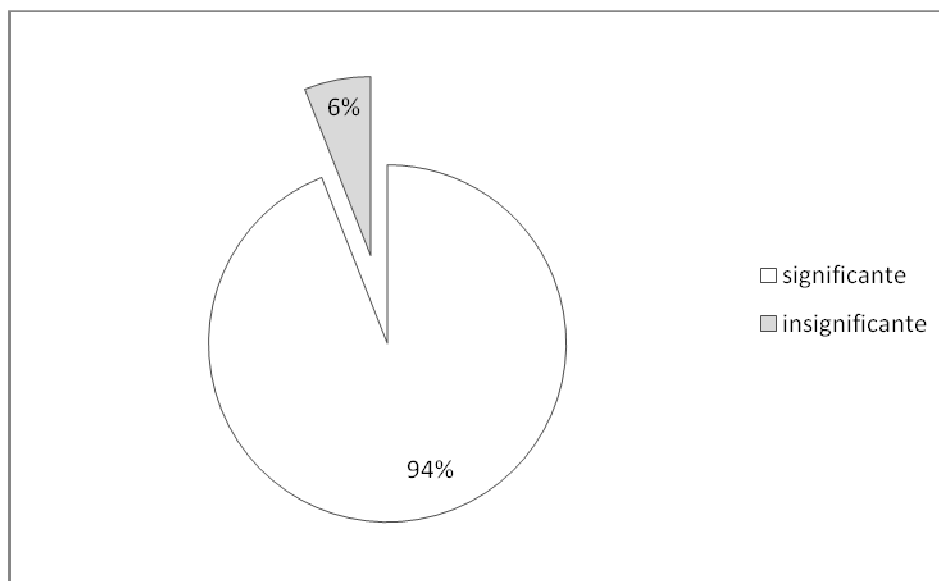


FIGURA 7 – Significância das disciplinas profissionalizantes da formação do Técnico Agrícola.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Um questionamento importante envolve a interdisciplinaridade, que se constitui na articulação entre a formação básica e a profissionalizante. Quanto a esse quesito, o desenho dos gráficos que tratam de representar a fala dos egressos, se eles compreendem a dimensão da interdisciplinaridade, demonstrou que houve essa articulação de forma satisfatória. A interdisciplinaridade é uma concepção muito forte nos processos de ensino e de aprendizagem, pois impulsiona no aluno a capacidade de relacionar e interagir com vários conhecimentos ao mesmo tempo, promovendo uma melhor habilidade quanto ao poder de decisão diante de enfrentamentos significativos de problemas que exijam rápidas soluções; de acordo com os egressos, houve a articulação entre os conhecimentos, tanto nos sistemas concomitante quanto subsequente e, em ambos os cursos (figuras 8 e 9).

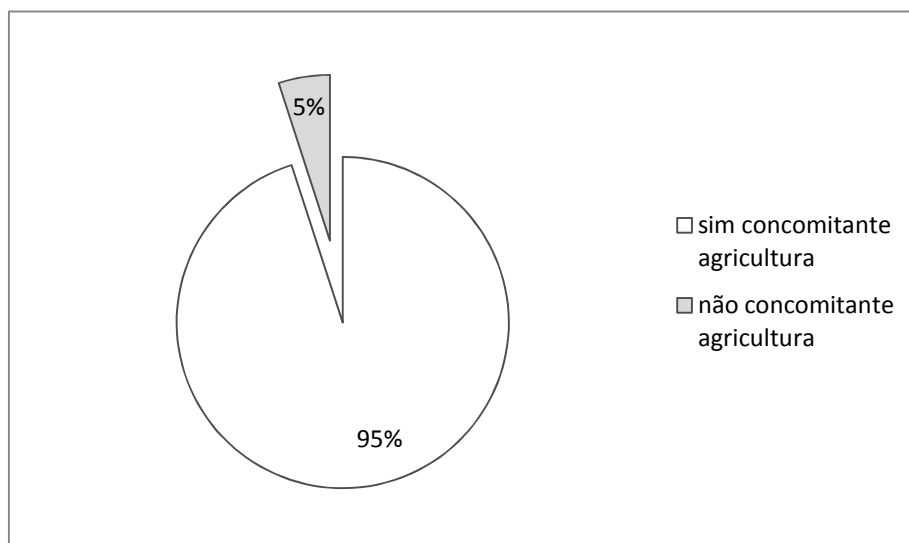


FIGURA 8 - Articulação entre as disciplinas profissionalizantes e básicas na formação profissional do Técnico Agrícola – Concomitante Agricultura.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

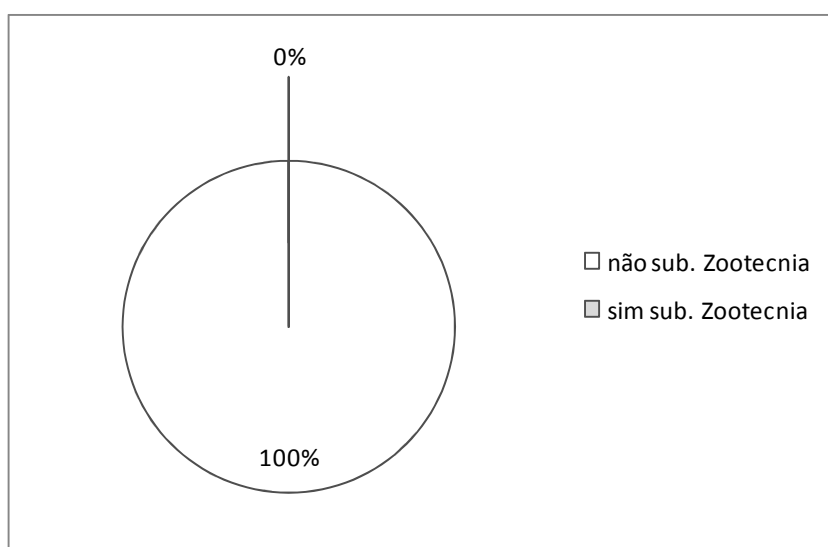


FIGURA 9 - Articulação entre as disciplinas profissionalizantes e básicas na formação profissional do Técnico Agrícola – Subseqüente Zootecnia.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

A figura 10 expressa a atuação do egresso na sua área de formação, constitui-se no grande objetivo tanto do aluno quanto da instituição. Os resultados apontados nesse item denotam que uma maioria de 61% atua na sua área, que confirma a formação baseada na construção de competências (e que corresponde também aos registros das figuras 6 e 7), demonstrando, dessa forma, a importância do embasamento para a prática profissional. Por outro lado, é significativo o percentual de 39% de egressos que não atuam na sua área de

formação, o que confronta a realidade de que a grande maioria que busca a educação profissional, o fazem para obter trabalho na área de formação. No entanto, há de se ressaltar que não foi considerada a natureza empregatícia de forma específica, sendo essa análise objeto da figura 13, levando-se em conta somente o aproveitamento da formação e do conhecimento no trabalho que realizavam no momento.

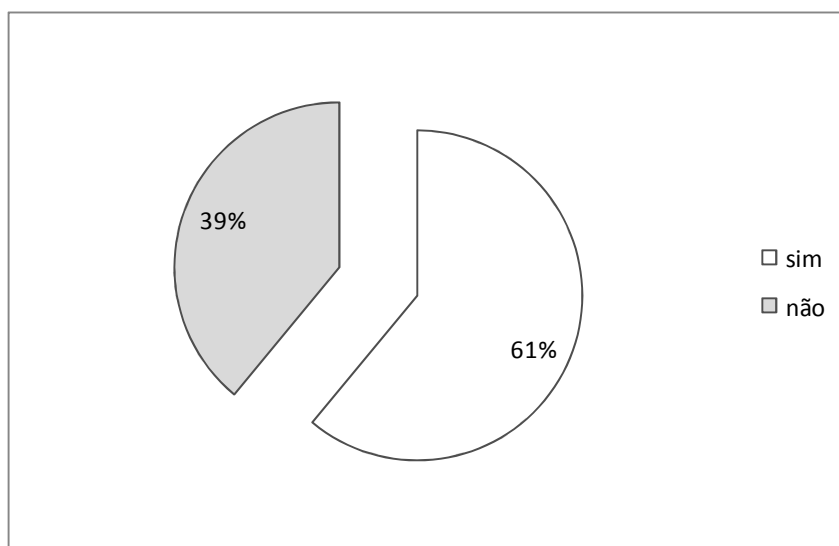


FIGURA 10 – Atuação profissional dos egressos em sua área de formação.
FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Na figura 11, que desenha o resultado da pesquisa sobre o aspecto da ocupação dos egressos de Técnico Agrícola do período 2002-2007, enquanto trabalhador, tem muita relevância no contexto sócio-econômico regional. O Rio Grande de Sul (RS) é tradicionalmente um exportador de mão-de-obra, visto que as possibilidades de qualificação são maiores, além de haver certa saturação das oportunidades, principalmente no setor primário. Nesse sentido, foi possível observar, pelas respostas dos egressos, conforme exposto na próxima figura, que 58% atuam no setor primário, 15% cursam faculdade, 12% realizam outras atividades, e apenas 6% estão desempregados. Essa condição de emprego tem um caráter regional e depende de onde os alunos formados buscam oportunidades. Nesse sentido, dados do IPEA (2007), demonstram que, em termos de Brasil e Rio Grande do Sul, na área agropecuária, há maior oferta de mão-de-obra qualificada do que vagas. Já na região Centro-Oeste, essa relação se inverte, havendo mais vagas do que trabalhadores qualificados em busca de trabalho. Desse levantamento, pode-se observar que uma boa parte dos egressos entrevistados tomou rumos na mesma orientação que os habilitou, ou seja, atuam no cenário da agropecuária, ou estão buscando maior capacitação com a formação continuada junto a

algum curso superior.

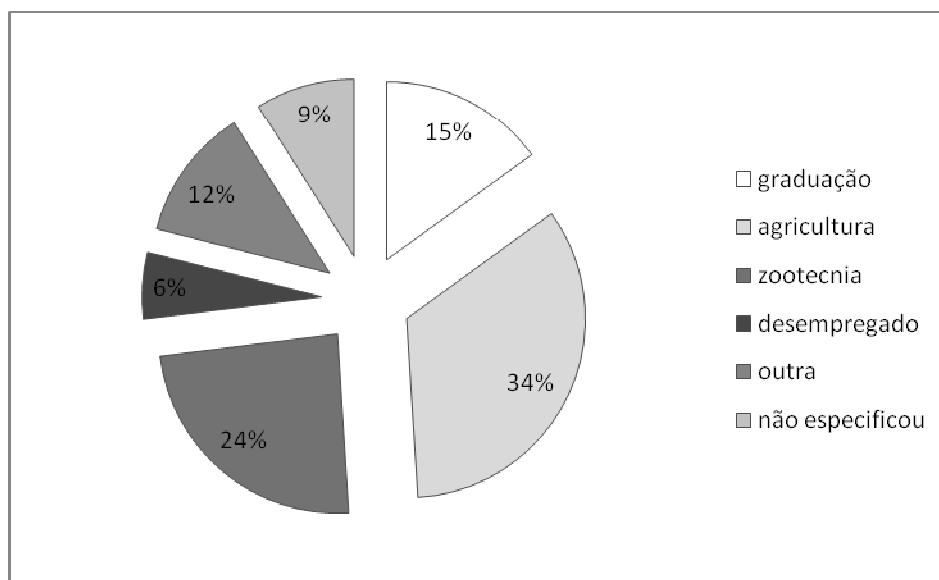


FIGURA 11 - Ocupação dos egressos de Técnico Agrícola do período 2002-2007 do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Na relação enquanto trabalhador, no caso do egresso, sua capacidade em acompanhar as transformações e/ou as inovações tecnológicas podem excluí-lo do mercado de trabalho, caso não esteja conectado com instituições ou com outros mecanismos de atualização. A figura 12 reporta-se a esse tema, sendo que 73% dizem não encontrar dificuldades de acompanhar as transformações ou inovações, ao passo que 24% se deparam com problemas para articular o conhecimento/preparação com a realidade em que atuam. Isso pode estar relacionado com limitações pessoais ou mesmo ao contexto em que os mesmos se encontram, pois há locais de trabalho e mesmo atividades que não permitem acesso às inovações ou aos meios de comunicação, como a Internet, por exemplo.

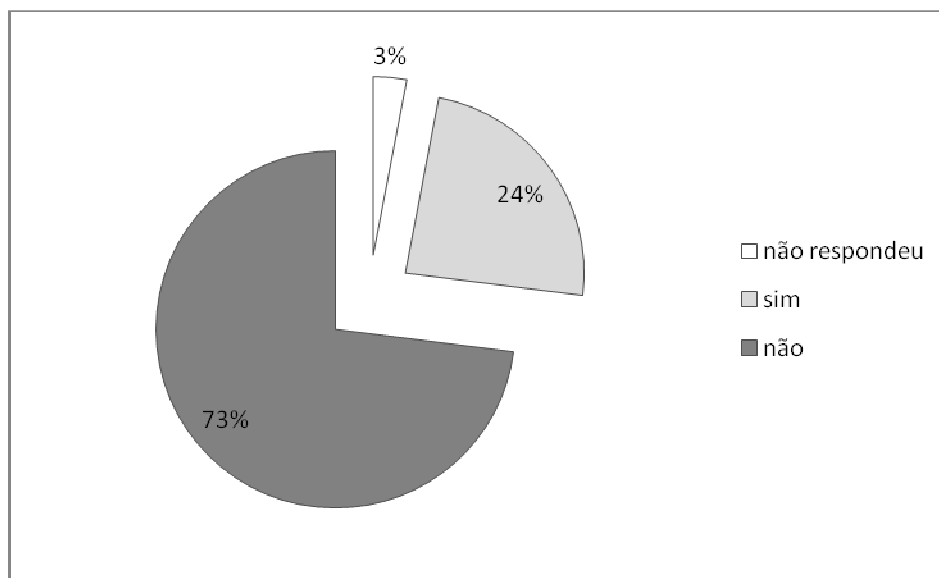


FIGURA 12 - Dificuldades dos egressos em acompanhar transformações e/ou inovações tecnológicas.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Ainda dentro da temática do trabalho, na figura 13 está expresso se o trabalho assalariado é a principal fonte de renda dos egressos, buscando relacionar a formação com a atividade que desenvolvem. Consta-se que 82% deles têm, no salário, sua única fonte de renda, 6% têm como fonte de renda o trabalho familiar, 6% nada especificam e 3% trabalham com agricultura familiar ou realizam estágios. Observa-se assim que a grande maioria não é trabalhador autônomo, ou seja, está empregado recebendo salário em alguma empresa agropecuária.

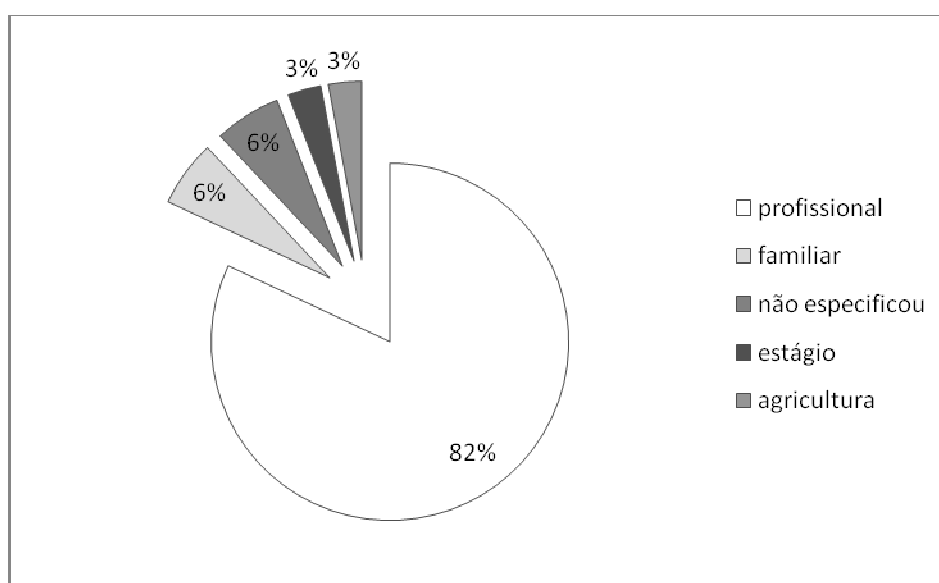


FIGURA 13 - Fonte de renda dos egressos (2002-2007) Técnicos Agrícolas do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Adentrando no item remuneração ou salário (figura 14), verifica-se que 37% dos egressos têm uma faixa salarial mensal entre três e cinco salários mínimos, 36% entre um até três salários mínimos, 9% até um salário e o mesmo índice com mais de cinco salários mínimos. Essa questão da remuneração foi discutida de forma breve nos capítulos 1, 2 e 3, identificando que o mercado de trabalho remunera de forma satisfatória, uma vez que o piso salarial para o Técnico Agrícola é aceitável e também compatível com o nível de qualificação. Tal análise foi pesquisada junto ao Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SINTARGS), e também na Federação Nacional do Técnico Agrícola¹⁶. É preciso considerar que certas regiões do país ainda estão necessitadas de mão-de-obra especializada porque a demanda da produção agrícola está em pleno desenvolvimento, ao contrário do Rio Grande do Sul, que têm sua economia fundamentada na agropecuária (IPEA, 2007). Dessa forma, pode ser outra a explicação que justifica a busca de egressos no CEFET SVS/RS para atender essa carência de mão-de-obra especializada.

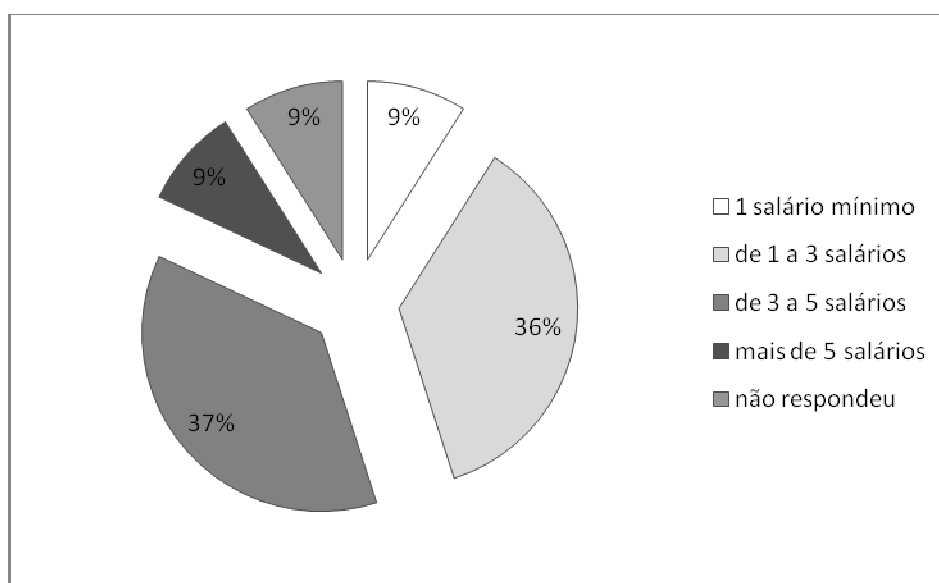


FIGURA 14 - Faixa salarial mensal dos Técnicos Agrícolas egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Na figura 15, que trata da formação continuada, registra-se que 55% dos egressos não estão matriculados em cursos superiores, o que pode deixar em aberto a idéia de que, ou o curso satisfaz as necessidades do egresso, ou é necessário buscar uma maior qualificação, mas na figura 11, os entrevistados colocam que somente 15% estão na graduação, havendo

¹⁶ Conforme o SINTARGS (disponível em: <http://www.tecnicoagricola.com.br/index.htm>), a questão salarial ainda é uma luta devido não haver ainda uma oficialização do registro de técnico agrícola, como um piso salarial realmente definido.

possibilidade de algumas respostas não terem levado em consideração que, mesmo estudando, estes já estão enquadrados numa profissão.

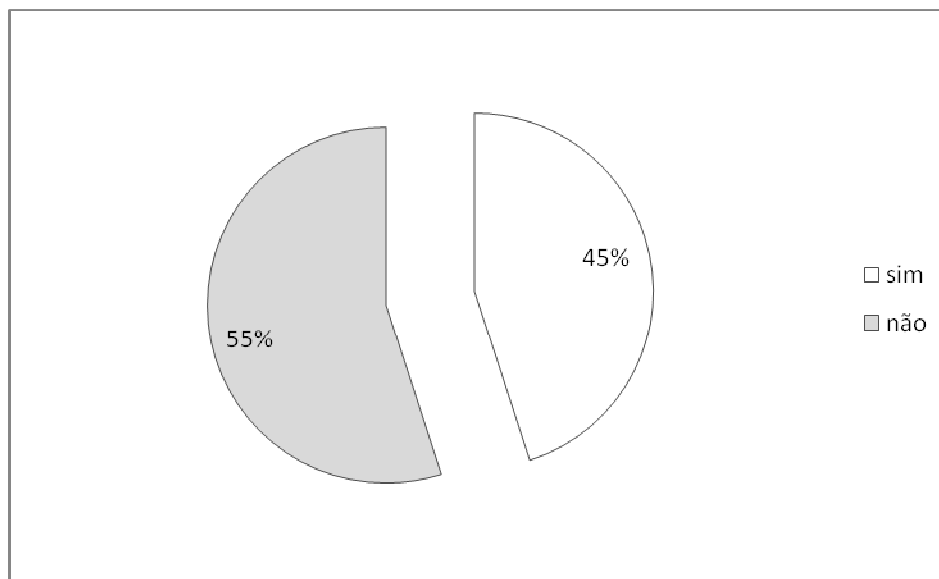


FIGURA 15 – Egressos Inseridos em Curso Superior pós-formação técnica Profissionalizante.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Ainda sobre a formação continuada, verifica-se na figura 16, que há três áreas de maior opção pelos alunos egressos: Agronomia, 26%, Administração, 19% e Direito com 13%. Os demais apresentaram uma frequência igual a 7% de matriculados para cada curso. Pode-se relacionar a maioria de matriculados no curso de Agronomia ao fato de que esses obedecem à cultura regional ou familiar, ou que têm suas raízes na agricultura e pecuária e preferem aperfeiçoar-se ao máximo.

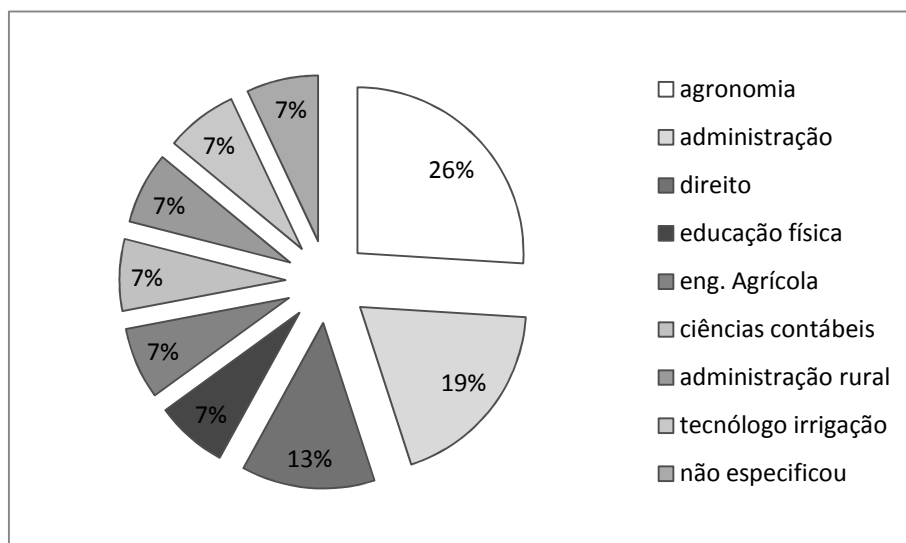


FIGURA 16 – Alunos matriculados em diferentes Cursos Superiores.
FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

O relacionamento entre instituição e egressos permite que as experiências vivenciadas pelos ex-alunos sirvam de articulação para o processo de ensino. No caso do CEFET SVS/RS, há precariedade nessa relação, principalmente considerando a instituição como estimuladora dos contatos. Mesmo assim, segundo as respostas agrupadas na figura 17, é mantida essa relação com 36% dos alunos, porém 49% procuram, por iniciativa própria, o Centro para informações em geral e 12% dos egressos, para informações sobre cursos de atualizações. Nesse sentido, há uma grande possibilidade de o CEFET SVS/RS melhorar esse relacionamento para seu próprio crescimento.

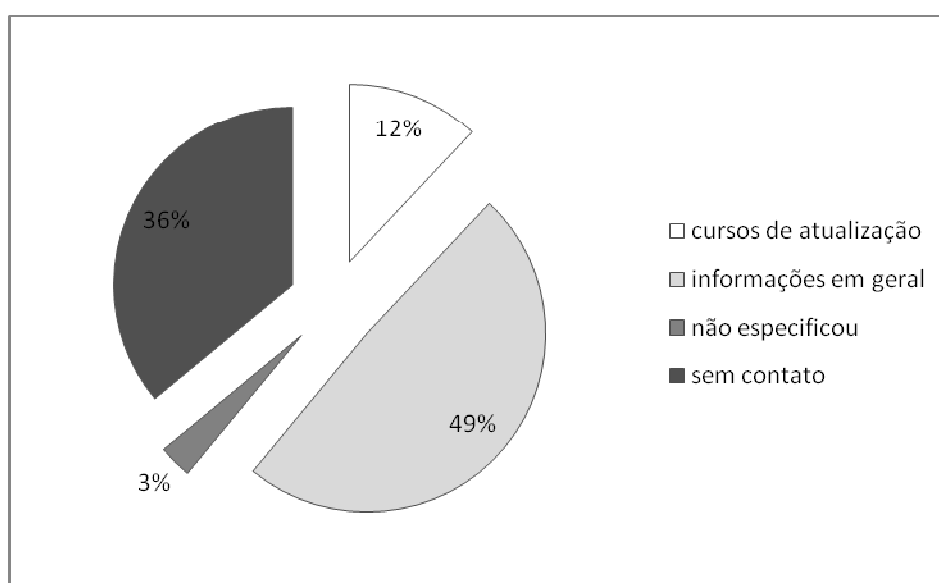


FIGURA 17 – Formas de Contato do Egresso com o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS.
FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

De acordo com o figura 18, que trata da indicação da instituição/curso do próprio para terceiros, 94% deles responderam que indicariam ou recomendariam os cursos técnicos do CEFET SVS/RS para algum(a) amigo(a). Uma minoria de 6% não indicariam, isso quer dizer, em linhas gerais, que o curso e/ou a instituição estão comprometidos com o trabalho de formação, por isso deve ser destacada a importância do CEFET SVS/RS em cultivar um bom relacionamento com o egresso e firmar vínculos pós conclusão do curso.

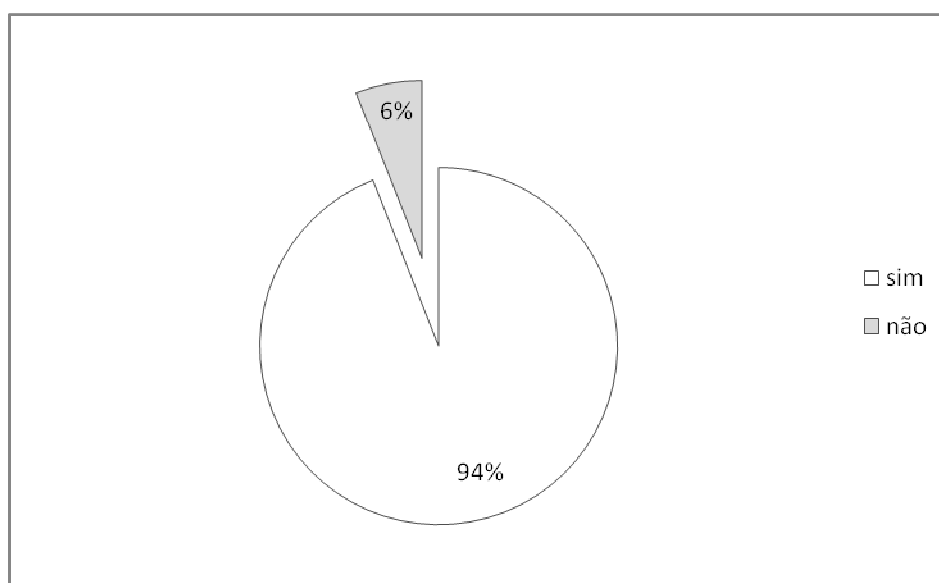


FIGURA 18 – Porcentagem de alunos egressos que indicam o Curso Técnico Agrícola do Centro Federal de São Vicente do Sul/RS.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

Na leitura da figura 19, que trata sobre o *feedback* da instituição com o egresso, observa-se que uma totalidade massiva de 94% dos ex-alunos gostariam de receber informações sobre atividades extras e técnicas de seu curso de formação, para permanente atualização. O restante, 6%, não têm interesse sobre um possível vínculo, o que cabe ao CEFET SVS/RS ainda ter um olhar voltado para a motivação e atingir o máximo possível as minorias que contradizem a boa campanha e eficiência da instituição; mesmo de natureza informativa e, diante desses resultados, mais uma vez, a maioria consegue expressar o elo com o CEFET SVS/RS, reforçando a necessidade de um mecanismo de comunicação mais direto, duradouro e baseado na continuidade da formação.

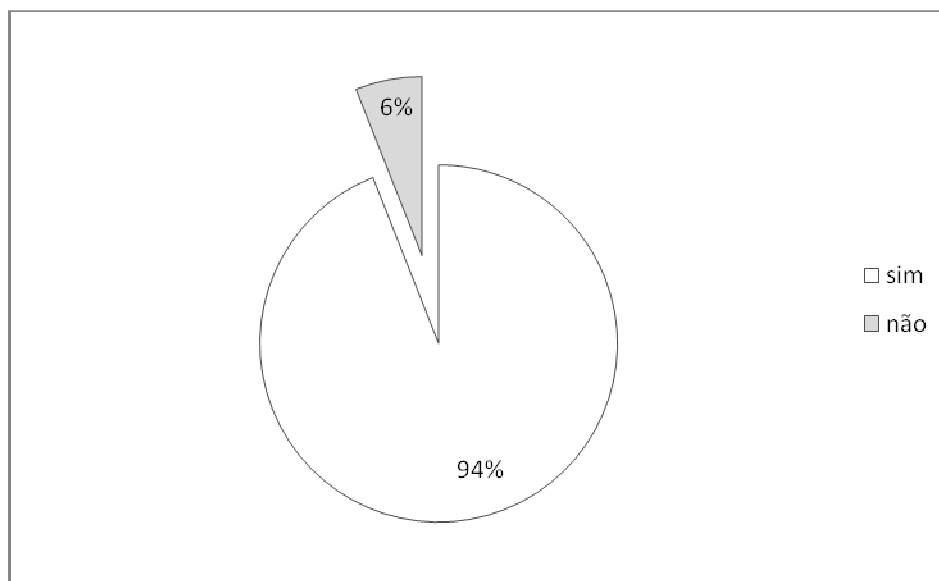


FIGURA 19 - Recebimento de informações dos egressos sobre atividades Acadêmicas.

FONTE: Pesquisa do autor, 2008.

O propósito de toda a análise anterior, de forma geral, foi resumir aspectos que merecem um olhar especial no que tange à opinião do egresso sobre o durante e o depois de cursar ensino profissionalizante no CEFET SVS/RS. Dessa avaliação, podem-se obter algumas representações significativas dos egressos e, nesse sentido, há três pontos a serem discutidos:

Refere-se à questão do gênero, e sobre a importância no uso de mecanismos para atrair a população feminina (figura 2) ao CEFET SVS/RS. Tal posicionamento pode representar um novo horizonte para a instituição, pois a leitura demonstra claramente o quanto é pequena a participação da mulher nesse contexto;

Ressalta a escolha da modalidade dos cursos concomitante/subseqüente, em que se pode privilegiar uma atenção especial para o curso concomitante em Zootecnia (de menor incidência na leitura da figura 3), através de uma revisão mais apurada sobre os componentes curriculares e o trabalho qualitativo de formação, o que pode estar influenciando na escolha dos interessados em harmonia com uma melhor eficiência no processo de formação;

O outro ponto a ser revisto diz respeito aos processos de ensino e de aprendizagem nas disciplinas básicas, que são também fundamentais à prática profissional, ou na interferência que elas têm no fazer ocupacional (figuras 3 e 5).

A revisão das figuras 8, 9 e 13 aponta para um olhar positivo sobre a concepção de ensino interdisciplinar, visto que a instituição consegue exercitá-lo de forma satisfatória, atendendo ao discurso e à importância da conexão entre os conhecimentos como forma de preparar melhor o aluno e suas habilidades para solucionar, de forma mais eficiente, os

problemas que lhes são postos na realidade operacional de sua ocupação.

Sobre a formação continuada, conforme as figuras 16 e 17, os egressos procuram especializar-se através dos cursos de graduação, apontando que esse tipo de formação é uma forte tendência e que cabe ao CEFET SVS/RS aprimorar, cada vez mais, as disciplinas dessa modalidade junto aos alunos, nos sentido humano e material, para que, como egressos, num curso de graduação, procurem aprimorar a formação recebida, embora consistente, mas ainda sujeita a acréscimos para corresponder às múltiplas transformações e exigências do mundo do trabalho.

Evidencia-se, de forma majoritária, a necessidade de um canal de comunicação mais técnico e estável com o egresso, como por exemplo, sobre assuntos profissionais, formação continuada, indefinida pela articulação mais profunda com o mercado de trabalho e o egresso pós-formação, comunicação essa que o CEFET SVS/RS precisa melhor desenvolver, até mesmo para atualizar-se e manter laços profissionais mais concretos com o mundo do trabalho e suas necessidades.

Diante dessa leitura sintetizada, muitos fatores influenciaram o trabalho e suas respostas, considerando o contingente baixo de respondentes (egressos), mas que permitiu um olhar mais atento a esses três cenários: para o CEFET SVS/RS, com seu trabalho e representação social; para o egresso, como mão-de-obra qualificada e sua performance pós-formação e, para a educação profissional e tecnológica enquanto formação voltada para o mundo do trabalho.

Teorias confrontadas com as intenções e objetivos das políticas educacionais e com os ambientes de formação, no caso o do CEFET SVS/RS, deixam clara a complexidade de intervenção no mundo do trabalho sobre a formação de recursos humanos para que aconteça a satisfação na produção e na economia. Não se pode ignorar a interatividade que acontece no campo da educação com a realidade operacional: formação, tecnologia, conhecimentos, autonomia, metas, técnicas, etc., visto que são aspectos envolventes e que devem ser trabalhados lentamente até atingir um patamar que satisfaça a toda uma conjuntura, ou, no mínimo, que permita à educação profissional a transformação ou a adaptação contínua em busca da eficiência.

Os resultados obtidos sobre o CEFET SVS/RS, nas falas de seus egressos, foram considerados positivos e motivadores, mas ainda há falhas que merecem atenção e que se manifestaram durante a trajetória de desenvolvimento desta pesquisa de campo, ou seja, o questionário aplicado foi mais que um instrumento de coleta de dados, foi um espelho das consequências ou dos efeitos de uma educação profissional que ainda inspira cuidados e

manutenção em vários sentidos: primeiro, foi necessário revisar, parcialmente, a legislação para se saber que as políticas educacionais ainda procuram saídas ou melhorias, mas que, de forma negativa, os alunos e as instituições são vistos como verdadeiros laboratórios de experimentos dessas políticas. Segundo, que os processos de ensino e de aprendizagem nos CEFETs, embora sendo especiais, apresentam condições de retrabalhar, de se refazerem metodologias ou concepções de ensino, que melhor englobem o conhecimento e a condição do aluno em aprender e em utilizar esse conhecimento. Terceiro, pela inconstância do mercado de trabalho, por essa instabilidade ocorrer em ritmo ultra veloz, por influência da tecnologia nos setores econômicos é que as instituições e seus alunos não conseguem acompanhar essas mudanças em igual velocidade. Quarto, constata-se que as rupturas, os compromissos e a ética também precisam ser valorizadas além da formação profissional, pois formar não é o mesmo que formatar. É uma responsabilidade compartilhada, não única de um ou outro espaço, mas, em contrapartida, cada espaço tem um grau ou peso maior de responsabilidade quando não consegue atender ou promover a formação e a condição de trabalho.

Mesmo sendo poucas as justificativas para as respostas ao questionário que foi respondido pelos egressos, algumas delas contemplam a qualidade da educação ministrada pelo CEFET SVS/RS, e foi justamente com essa preocupação que se escolheu a temática deste trabalho, elegendo os questionamentos e as respostas mais significativas com um caminho a ser trilhado para se captar o pensamento, detectar as dificuldades deles no interagir profissional e auferir os resultados provenientes da pesquisa realizada e, tomando-os como testemunho deste relato, selecionaram-se as questões e as falas mais significativas proferidas pelos entrevistados.

Ao ser inquirido quanto ao Curso Subseqüente em Zootecnia, sobre o ensino nele ministrado e se as disciplinas profissionalizantes atingiram a finalidade de embasar a prática profissional, o egresso respondeu afirmativamente, alegando que “na prática ambos se completavam na formação dos conhecimentos” (entrevistado 23). Em resposta à pergunta se teve dificuldades em acompanhar as transformações e/ou as inovações tecnológicas na respectiva área de atuação, obteve-se como resposta serem muitas as dificuldades encontradas no “mercado agropecuário em geral.” (entrevista 38). Quanto à indicação do Curso Técnico do CEFET SVS/RS para amigos, a resposta foi positiva e complementada com “Conheço Técnicos que se formaram em todo o Brasil e todos falam que já viram falar do CEFET SVS/RS e que é muito bom.” (entrevista 41).

Para o Curso Concomitante em Agricultura, dentre muitas, ao se interrogar se o curso

realizado no CEFET SVS/RS atendeu às expectativas quanto à sua formação profissional, o egresso respondeu afirmativamente e completou dizendo que “serviu de base e está para minha graduação em Agronomia, bem como propiciou maior vivência prática com a realidade do campo, o que não se observa na faculdade, onde se prioriza a teoria(entrevista 26). Na questão se indicaria o Curso Técnico em Agricultura para amigos, o respondente alegou que o “indicaria por ser uma instituição de credibilidade, que forma técnicos capacitados”(entrevista 26). Já em se “as disciplinas básicas tiveram um papel relevante no desenvolvimento da formação profissional, foram dadas respostas mais consistentes:

“Sem dúvida, pois, após sair do ensino fundamental, onde minha formação foi fraca, e ingressar no CEFET SVS/RS, sofri muito para me adaptar ao ensino médio, devido às cobranças serem mais rigorosas, porém isso fez com que, atualmente, tenha grande facilidade para compreender determinados assuntos. Um exemplo pessoal foi o vestibular, quando consegui passar em sétimo lugar”. (Entrevistado nº21).

Outro respondeu assim a essa pergunta:

“O CEFET SVS/RS é um centro que possui potencial enorme para, a cada dia, crescer, até mesmo abrir outros centros como Santa Maria, Santiago, Ijuí, cidades estratégicas, que possibilitem o maior crescimento do CEFET SVS/RS, o qual possui alta qualidade de ensino. Quanto aos professores, no tempo que estudei, tive todo suporte necessário (...). Já o mercado de trabalho para o Técnico Agrícola está variando muito em cada região do país, por exemplo, na região em que estou em SC, a disponibilidade de vagas é baixa, já no MT, maior, mas isso é motivo das próprias economias de cada estado”. (Entrevistado nº 12)

Mais uma resposta sobre o mesmo enfoque: “Gostaria de informar a todos os professores, principalmente da área técnica para darem uma importância um pouco maior para a cultura da cana-de-açúcar, pois aqui no Centro Oeste ela está entrando com força total, bem como em São Paulo e isso vai demandar grande número de técnicos que sejam capacitados.” (Entrevistado nº 21).

Nas falas dos egressos, não constam somente dados que alimentam esse estudo, pois, a leitura dos discursos registra reivindicações e expectativas que os próprios egressos gostariam que se complementassem para melhorar ainda mais a formação que a instituição se propõe a desenvolver; isso representa, ou significa, o vínculo que o egresso ainda conserva com a instituição devido as boas impressões que carrega quando durante sua formação, e seu interesse de que ela melhore cada vez mais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente estudo, busca-se analisar as passagens mais significativas coletadas a partir de respostas aos questionamentos feitos a ex-alunos, para se fazer uma avaliação consistente do tipo de educação profissionalizante ministrada no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS e a influência dela junto a seus egressos. Tenta-se dar maior visibilidade não apenas aos aspectos positivos levantados pelos respondentes, mas também àqueles que demonstram certa insatisfação quanto ao ensino recebido, com intuito de oferecer sugestões para que os desvios detectados possam ser corrigidos, com vistas a melhor capacitar os alunos para atuarem com mais segurança nas funções ocupacionais pretendidas.

Pela tabulação definitiva dos resultados provenientes da pesquisa realizada, é possível afirmar que o ambiente do CEFET SVS/RS é notoriamente favorável a que a pedagogia adotada em poucos aspectos seja modificada, tendo em vista o depoimento dos ex-alunos em relação ao que aprenderam na instituição e a reconhecida qualificação da maioria deles.

Procura-se, pelos mesmos caminhos, promover a retroalimentação das atividades a serem realizadas naquele estabelecimento, quer prestando ao egresso um acompanhamento mais eficiente e sistemático, através de reformulação curricular, caso necessário, quer valendo-se de relatos sobre a realidade vivenciada por eles para enriquecer e/ou reformular o tipo de educação oferecida.

Ao se questionar, junto aos egressos, a variável ensino – formação profissional em relação à capacidade produtiva do trabalhador rural e deles próprios, encontram-se subsídios para incorporar ao conhecimento adquirido novas formas de aprimoramento, aliadas a modernas tecnologias, a fim de corresponder às expectativas sociais, cuja sustentabilidade centraliza-se nos aspectos qualitativos e quantitativos da produção e no aperfeiçoamento do tipo de educação profissionalizante oferecida e que deve ocorrer em sintonia com o rápido desenvolvimento do setor agrário.

Para tanto, centra-se o estudo na necessidade de alertar ao CEFET SVS/RS a relevância de seu papel junto a seus alunos, objetivando preparar profissionais através de aprimoramentos técnico-pedagógicos eficientes e constantemente readaptados às exigências individuais dos egressos e dos locais em que realizam ou pretendem desenvolver as atividades para as quais foram formados.

Com base na pesquisa realizada junto aos egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/RS, conforme a amostragem de 41 (quarenta e um)

respondentes, 61% estão empregados, dados que o próprio CEFET SVS/RS confirma, ou seja, que o trabalho educacional e a formação profissional recebida vêm apresentando resultados promissores em todas as épocas e em muitas regiões.

Não se pode deixar de analisar, no entanto, que as novas tecnologias, ao romperem as estruturas convencionais da produção, passaram a exigir um novo paradigma para o trabalhador e para o trabalho, elevando, com isso, as exigências de qualificação profissional, induzindo todos os interessados em aprimorar conhecimentos, a um repensar mais crítico e mais centrado na relação existente entre a ciência, a tecnologia, a educação e o processo produtivo em constantes mutações. Com isso, fica clara necessidade de instituições de cunho profissionalizante como o CEFET SVS/RS reavaliar-se, reformular-se ou readaptar-se para atrair, gradativamente, mais alunos sem perder de vistas os concluintes.

Junto com as respostas à pesquisa feita, foram enviadas sugestões importantes para que o corpo diretivo do CEFET SVS/RS torne mais eficiente o canal de comunicação entre o estabelecimento e seus ex-alunos, com a finalidade de se obterem informações a respeito do que pensam e almejam atingir de forma mais imediata, não somente analisando a atuação do egresso como também visando às exigências do mercado de trabalho, concretizando, assim, um esforço que traz a realidade externa para a interna da instituição e que pode ser viabilizada em propostas sugeridas a seguir:

- a) Formação de um banco de dados, com número de amostragem/contato de egressos, limitado por ano de conclusão de curso, a fim de facilitar o contato e comunicação.
- b) Questionários a serem distribuídos entre os recém-formados para que se registre e avalie sua posição como profissional atuante ou não e a influência da formação que tiveram sobre isso.
- c) Instrumentos de pesquisa junto aos egressos e às empresas para que registrem novas técnicas, conhecimentos e metodologias de trabalho, além daquelas que o egresso aprendeu.
- d) Avaliação do desenvolvimento dos currículos pelas respectivas áreas pedagógicas.
- e) Seminários de avaliação e acompanhamento com alunos, professores, profissionais, sindicatos, durante determinado período, quando o egresso está iniciando sua caminhada profissional.

Essas proposições, entre outras, poderão nortear mecanismos de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico e seus currículos, desde que sejam respondidas questões como:

- O novo currículo atende à realidade do mundo do trabalho?
- Como estão se comportando, profissionalmente, os egressos diante dos desafios do mundo do trabalho?
- Os conteúdos estão sendo compatíveis com a realidade profissional?
- O currículo propicia formação para ingresso na vida acadêmica?

Tomando como base as respostas e as sugestões oriundas dos pesquisados, resta refletir sobre esses posicionamentos, bem como lançar um olhar crítico sob as atividades desenvolvidas no CEFET SVS/RS, para que se possam corrigir os desvios ocorridos e aperfeiçoar os fazeres positivos, sem perder o foco gestor de aperfeiçoamentos acerca do ensino técnico agrícola como o que se apresenta, na atualidade, eliminando das práticas pedagógicas a competitividade, capaz de sobrepujar os valores éticos ou de se perderem de vista as ações coletivas em detrimento de um agir individualista. Em contrapartida, o que os envolvidos numa atividade pedagógica de tamanha relevância devem buscar é a centralização de todas as ações escolares na busca incessante do aprimoramento dessa forma de ensino, tão significativa para o mundo rural e urbano, ao mesmo tempo em que precisam satisfazer as necessidades decorrentes desse processo, procurar respostas aos anseios dos estudantes e reforçar os vínculos de comunicação com os egressos, para não frustrar as expectativas deles e da sociedade, fazendo da utopia pedagógica uma realidade plausível a ser tenazmente perseguida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. **Diversidade** – Avanço Conceitual para a Educação Profissional e o Trabalho. Ensaios e Reflexões. 2002, p. 33.

ACSELRAD, H. **Trabalho, qualificação e competitividade**. Brasília, v. 15, n. 65, jan./maio, 1995.

ALMEIDA, Sílvio Gomes de; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, Ângela. **Crise Socioambiental e Conversão Ecológica da Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

AQUINO, Estela Maria Leão; MENEZES, Greice Maria. Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: Desafios para um novo agir. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 11 (2): 281-290, abr./jun, 1995.

BASTOS, Péricles Antonio Barra. A Escola Técnica Federal e o Desenvolvimento do Ensino industrial, 1909/87. Um estudo histórico. Belém, 1988. *In: Docentes na Escola de Aprendizizes Artífices do Pará*: diacronia dessa atuação. Disponível em: http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiiencontro/gt9/docentes_escola.pdf. Acesso em Ago/2008.

BRASIL. Agência Brasil: **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/05/08/materia.2007-05-08.1564551757/view>. Acesso em Novembro/2008.

BRASIL. CEB/CNE. **Pareceres sobre o Ensino Profissionalizante**. Disponível em: http://www.cee.sc.gov.br/edusuperior/parecer/ceb_cne/CEB020_2002.pdf. Acesso em Janeiro/2008.

BRASIL. MEC. SETEC. CEFET SVS/RS. **Perfis**. Disponível em: <http://www.cefetsvs.gov.br/>. Acesso em dez. 2007; fev.-jun./2008.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Profissional em Nível Nacional - CEB**: Par. 17/97, aprovado em 3/12/97 (Proc. 23001.000691/97-61). Brasília: Conselho Nacional De Educação, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. **LDB (Lei nº 9.394/96) de 23 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>. Acesso em: Nov/2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.mec.gov.br/semtec/proep/legislacao/df2208.shtm> Acesso em: Nov/2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Conselho Nacional de Educação / Câmara de

Educação Básica. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftp/dec5154_04.pdf. Acesso em: Nov/2007.

BRASIL. MEC. SETEC. **Seminário Nacional de Educação Profissional — Concepções, experiências, problemas e propostas do Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.bvseps.epsjv.fiocruz.br/html/pt/seminarioeducacaoprofissional.htm>. Acesso em Jul-Ago/2008.

BRASIL. **Decreto Nº 5.224, de 1º de Outubro de 2004**. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Decreto_5.224.pdf. Acesso em jul/ago/2008.

BRUSCHINI, M. C. A. & ROSEMBERG, F. **A Mulher e o Trabalho**. In: **Trabalhadoras do Brasil** (M. C. A. Bruschini & F. Rosemberg, orgs.), pp. 09-22, São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Marília Gomes. **Relações de Gênero e Tecnologia**. Curitiba: Editora CEFET-PR, 2003.

CLOT, V. Vivre en flux tendu: un nouveau paradigme industriel? In: **Seminário Internacional sobre Globalização, Progresso Técnico e Trabalho Industrial**. Rio de Janeiro: CNI/SENAI/UNESCO-CIET/UFRJ-IPPUR, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio. **A profissionalização do Ensino Médio**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca Ltda., 1991.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, 2000.

DELMONDES, Lúcia Aparecida. **Os (des)Caminhos da Educação Profissional: uma análise das experiências dos egressos dos cursos técnicos de Campo Grande - MS**. *Dissertação de Mestrado, Mestre em Educação*, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006.

DELUIZ, N. É possível uma formação que atende aos interesses dos trabalhadores? In: **Revista tempo e presença**. Rio de Janeiro: 1997, ano 19, nº 292, publicação de Koinomia.

_____. **Formação do trabalhador: produtividade e cidadania**. Rio de Janeiro: Shape Ed., 1995.

FAHEY, Liam; RANDALL, Robert M. **Análise Mercadológica e Estratégica**. 2. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) e população dos municípios do Rio Grande**

do Sul – 2005. Disponível em:

http://www.fee.tche.br/sitefee/download/pib/municipal/tab13_2005.zip

FENATA. Artigo. Disponível em: <http://www.fenata.com.br/>. Acesso em Fev-Mar/2008.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos Excluídos: A Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba.** João Pessoa: A União, 2002.

FERRETTI, Celso João *et al* (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: SENAI/D/DPEA, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (coords). **Caminhos para a redefinição da política pública para a educação tecnológica e o sistema nacional de formação profissional continuada** – Proposições. Niterói, 17 de dezembro de 2002, mimeo. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/MMGTN3.htm>. Acesso em Fevereiro/2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 33. ed. São Paulo: Nacional, 2006.

HIRATA, Helena; *et al.* Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para discussão sobre o caso brasileiro. In: **Gestão da Qualidade: tecnologia e participação.** Brasília: Cadernos Codeplan, 1992.

IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 1, 2-12, jan./mar. 1994.

IPEA. **Retrato das Desigualdades** – 2ª. Edição. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/1907.pdf>. Acesso em Nov/2008.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. A reforma do ensino técnico e suas conseqüências. In: LIMA FILHO, Domingos Leite (org.). **Educação Profissional: tendências e desafios** (documento final do II Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional). SINDOCEFET-PR, Curitiba, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In: FERRETI, Celso J.; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

KUENZER, A.Z.; GRABOWSKI, G. Educação profissional: pressupostos para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./jun. 2006.

LEAL, Luis Otávio P. **Profissões Agrícolas de Nível Médio**. Rio de Janeiro Petrobrás, Coleção Produtividade Agrícola. Apex Gráfica e Editora Ltda., 2. ed. 1983.

LEÃO, Inara B. Educação Profissional — o trabalho para quem, para que e para quando. Texto apresentado no **VI Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste**, 18 a 20 de junho. Campo Grande/MS: UFMS – UCDB, 2003

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO. Artigo. Disponível em: http://www.liceuescola.com.br/conteudo_unico.asp?numero_materia=26603234045&id_subitem=421. Acesso em: Jan/2008.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1. ed. 2002.

MEC/SEPS/COAGRI. **Caracterização Ocupacional do Técnico em Agropecuária**. Brasília, DF. 1983.

MEC/SEPS/COAGRI. **Educação Agrícola 2º Grau**, Linhas Norteadoras. Brasília, Jun/1983.

MASSUQUETTI, Angélica; SILVA, Leonardo Xavier. O setor agrícola brasileiro no contexto do programa de ação econômica do governo (1964-6), do milagre brasileiro (1967-73) e da desaceleração da economia (1974-9). *In: Estudos do CEPE - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas* n. 15/16 - Jan/Dez 2002. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002.

MANSOR, Paulo Roberto. **Egressos da Escola Agrotécnica Federal de Alegre e sua Inserção Regional**. Dissertação de Mestrado em Ciências. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Agronomia (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola), Seropédica/RJ, 2005.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MUÑOZ, Tomás Garcia (2003), **El Cuestionario como instrumento de investigación/Evaluación** [online] [consult 2004-11-22]. Disponível em: http://personal.telefonica.terra.es/web/medellinbadajoz/sociologia/El_Cuestionario.pdf

NASH, Joseph. A decade of research on women in Latin America. *In: NASH, J. & SAFA, H. (coords.) Women and Change in Latin America*. pp. 03-21, Philadelphia: Bergin & Carvey, 1985.

NERICI, Ímidio Giuseppe. **Ensino Renovado e Fundamental**. Livraria Nobel S. A, Editora São Paulo, 2ªed. (Revista e ampliada), 1972.

PARO, Vitor Henrique. **Escola e Formação Profissional**: Um estudo sobre o sistema regular de ensino e a formação de recursos humanos no Brasil. São Paulo, Ed. Cultex-Fundação Carlos Chagas, 1979.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino técnico na República Velha**: de 1909 a 1930. Tese de Doutorado, Curitiba: CEFET - PR, 2000.

SAFA, H. Women and change in Latin America. **Inaugural Lecture**. Utrecht, Faculty of Social Sciences, University of Utrecht. (Mimeo.), 1987.

SANTOMÉ, Jurgo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade** (Trad.: Cláudia Schilling). Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SINTARGS. Artigo. Disponível em: <http://www.tecnicoagricola.com.br/index.htm>. Acesso em Fev-Abr/2008.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. **Propostas, Conteúdos e Metodologias do Ensino Agrotécnico: Que Interesses Articulam e Reforçam?**. Dissertação de Mestrado – Educação–UFF, Niterói, 1987. Disponível em: http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/feitosad2006.pdf. Acesso em Fev/2008.

SOARES, Rosemary Dore. **Escola média no Brasil: por que não unitária?** Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=168&page=visualizar>. Acesso em abr-jun/2008.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A Formação do Técnico em Agropecuária no Contexto da Agricultura Familiar do Oeste Catarinense**. Tese de Doutorado – Concentração de Políticas de Educação e Sistemas Educativos, Campinas/SP: UNICAMP, 2004, p. 26-54.

VARGAS, Vanderlei Beltrão de; AMORIOM, Mário Lopes; DAMASCENO, Fabiano. **A Globalização e as suas Implicações na Educação Tecnológica**. Curitiba: UTFPR, 2007.

VELEDA, Susana Maria. **Corporalidade, consumo, mercado**. Rio Grande: FURG, 1970.

VIEIRA, Sebastião Gândara. **Educação Profissional e os ApLs: uma ação efetiva na promoção do desenvolvimento regional**. Disponível: http://www.universia.com.br/materia/img/ilustra/2005/out/artigos/Artigo%20Educacao_Profissional_e_APLs_Sebastiao.doc. Acesso em dez/2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO E CONVITE DE PARTICIPAÇÃO AOS EGRESSOS DO CEFET SVS/RS, VISUALIZADO NA PÁGINA DE HTML



**APÊNDICE B - MODELO DE INSTRUMENTO DE PESQUISA ACESSADO VIA
INTERNET PELOS EGRESSOS DO CEFET/SVS/RS, NO PERÍODO
ENTRE 19/SET/2007 A 21/NOV/2007**

		
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Universidade Tecnológica Federal do Paraná Prezado ex-aluno: Gostaria de contar com sua colaboração para o preenchimento deste questionário, cujo objetivo é coletar informações para o projeto de dissertação de mestrado do curso de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Este questionário deve ser preenchido individualmente, não necessitando de nenhum tipo de identificação, a fim de preservar o sigilo das informações aqui apontadas. Nas questões a seguir, você deverá assinalar com X a alternativa que está de acordo com suas convicções. Em algumas questões, você deverá fazer comentários ou traçar considerações sobre o assunto. As informações fornecidas serão muito importantes para reunir críticas e sugestões relativas à formação profissional e às demandas para a formação de futuros técnicos agrícolas, as quais integrarão a pesquisa sobre a trajetória profissional dos egressos dos cursos de Agricultura e Zootecnia do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul-RS e a sua inserção no mundo do trabalho. Desde já, agradeço a sua disposição em colaborar com as informações. Vanderlei Beltrão de Vargas - Mestrando em Tecnologia Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Universidade Tecnológica Federal do Paraná		
Nº	Questões	Respostas
01.	Qual a sua idade?	Exemplo: 23
02.	Sexo	☐ Masculino ☐ Feminino
03.	Quanto a Modalidade do curso realizado?	☐ Modalidade Subseqüente Agricultura ☐ Modalidade Subseqüente Zootecnia ☐ Modalidade Concomitante Agricultura ☐ Modalidade Concomitante Zootecnia
04.	O curso que realizou no CEFET-SVS atendeu às expectativas quanto a sua formação profissional?	☐ Sim ☐ Não Justificativa
05.	Em relação à duração do curso, você julga que o tempo foi suficiente?	☐ Sim ☐ Não Justificativa

06.	As disciplinas básicas tiveram um papel relevante no desenvolvimento da sua formação profissional?	☐ Sim ☐ Não Justificativa
07.	Os conteúdos das disciplinas profissionalizantes foram significativos para sua formação profissional?	☐ Sim ☐ Não Justificativa
08.	No curso, houve articulação entre as disciplinas de formação básica e as de formação profissionalizante?	☐ Sim ☐ Não Justificativa
09.	As disciplinas profissionalizantes atingiram a finalidade de embasar a prática profissional?	☐ Sim ☐ Não Justificativa
10.	Atua profissionalmente na sua área de formação?	☐ Sim ☐ Não
11.	Qual é a sua ocupação profissional atual?	Ocupação
12.	Você teve dificuldades em acompanhar as transformações e/ou inovações tecnológicas na sua área de formação?	☐ Sim ☐ Não Justificativa
13.	A profissão é sua única fonte de renda?	☐ Sim ☐ Não
14.	Se não, qual é sua principal fonte de renda?	Fonte de renda
15.	Faixa salarial mensal:	☐ Até um salário mínimo ☐ De 1 a 3 salários mínimos ☐ De 3 a 5 salários mínimos ☐ Mais de 5 salários mínimos

16.	Você está matriculado em curso superior?	☐ Sim ☐ Não Em caso positivo. Especifique:
17.	Você tem mantido algum contato com a CEFET-SVS? Em que situação?	☐ Participação de eventos ☐ Cursos de atualização ☐ Informações em geral ☐ Procura dos serviços prestados pela CEFET-SVS ☐ Não tenho mantido contato
18.	Você indicaria o Curso Técnico do CEFET-SVS para algum(a) amigo(a)?	☐ Sim ☐ Não Justificativa
19.	Gostaria de receber informações sobre atividades acadêmicas de seu curso para permanente atualização?	☐ Sim ☐ Não Sugestões/Observações
Enviar respostas		
Pesquisa Acadêmica sobre a inserção do técnico agrícola no mercado de trabalho. Vanderlei Beltrão de Vargas - Mestrando em Tecnologia Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Universidade Tecnológica Federal do Paraná		

APÊNDICE C - SOLICITAÇÃO DE DADOS COMPLEMENTARES À INSTITUIÇÃO (1)

São Vicente do Sul, 25 de fevereiro de 2008.

De: Vanderlei Beltrão de Vargas

Para: Adilson Hansel (coordenador de ensino CEFET SVS/RS)

Venho, por meio deste documento, solicitar a formulação de um texto respondendo os questionamentos abaixo relacionados, que servirão de artifício para discussão de meus dados de dissertação, que analisam os egressos dos alunos com formação de técnico agrícola com habilitação em agricultura e zootecnia do CEFET SVS/RS no mercado de trabalho.

Questionamentos:

- a) Como o Departamento de ensino avalia o processo de formação dos alunos do CEFET SVS/RS durante a última década, no sentido de atendimento das necessidades técnicas no ensino agrícola e zootécnico?
- b) Quais os principais motivos que levam os jovens a procura pela formação profissional técnica e tecnológica no CEFET SVS/RS?
- c) Quais as principais iniciativas tomadas para melhoria do ambiente de ensino e aprendizagem após a EAFSVS tornar-se CEFET SVS/RS?
- d) Qual(is) Estado(s) brasileiros que mantêm maior relacionamento com o CEFET SVS/RS, no que tange aos egressos dos cursos técnico agrícola com habilitação em agricultura e zootecnia?
- e) Qual(is) o(s) mecanismo(s) ou estratégia(s) utilizada(s) para requisitar o mercado de trabalho como colaborador ou participante do processo de formação e captação de recursos do CEFET SVS/RS?
- f) Qual a realidade das empresas ou propriedades que buscam os recursos humanos formados pelo CEFET SVS/RS?
- g) Qual a estimativa de distribuição, no mercado de trabalho, dos alunos egressos da última colação de grau, técnico agrícola com habilitação em agricultura e zootecnia?

Ciente de sua colaboração, desde já lhes agradeço.

VANDERLEI BELTRÃO DE VARGAS
PROF., MESTRANDO EM *TECNOLOGIA PELA UTFPR - PR*

APÊNDICE D - SOLICITAÇÃO DE DADOS COMPLEMENTARES À INSTITUIÇÃO (2)

Curitiba/PR, 27 de março de 2007.

Ilmo. Sr.
Prof. Carlos Alberto Pinto da Rosa
M.D. Diretor Geral do CEFET-SVS

Prezado Diretor

Ao mesmo tempo em que o cumprimento, venho, por intermédio deste, solicitar à V. S^a. autorização para desenvolver pesquisa acadêmica no CEFET sobre a inserção do Técnico Agrícola no Mercado de Trabalho, a qual faz parte de minha dissertação de Mestrado em Tecnologia na UTFPR. Ressalto que, além desse objetivo, a pesquisa pode gerar informações importantes sobre a realidade dos egressos, inclusive contribuindo para outros estudos, avaliações e sugestões de políticas educacionais do CEFET-SVS.

Sendo o que havia para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vanderlei Beltrão de Vargas
PROFESSOR DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

ANEXOS

ANEXO 1 - Grade Curricular, Técnico Agrícola (Agricultura)

MÓDULOS DE QUALIFICAÇÃO			
Módulos	Elementos Curriculares	C. Hor.	C/H-Tot.
Infra-Estrutura Rural	Irrigação e Drenagem	60	460
	Topografia/Desenho	120	
	Mecanização Agrícola	80	
	Construções Rurais	40	
	Capacidade de Uso e Manejo do Solo	80	
	Estudos dos Fatores Climáticos	20	
	Morfologia e Fisiologia Vegetal	60	
Culturas	Jardinocultura	40	300
	Olericultura	100	
	Fruticultura	100	
	Silvicultura	60	
Culturas Anuais	Culturas Anuais	200	240
	Forragicultura	40	
Administração Agrícola	Planejamento e Projetos	60	400
	Gestão e Economia	80	
	Noções de Projetos Zootécnicos	80	
	Gestão Ambiental	40	
	Noções de Projetos Agroindustriais	80	
	Ética e Relações Humanas no Trabalho	40	
	Português Instrumental	20	
Sub-total		1.400	
Estágio Supervisionado		360	
Carga Horária Total		1.760	

ANEXO 2 - Grade Curricular, Técnico Agrícola (Zootecnia)

MÓDULOS DE QUALIFICAÇÃO			
MÓDULO	ELEMENTOS CURRICULARES	CH	CHT
INFRA-ESTRUTURA RURAL	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	40	406
	DESENHO/TOPOGRAFIA	80	
	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	60	
	CONSTRUÇÕES RURAIS	30	
	CAPACIDADE DE USO E MANEJO DO SOLO	60	
	ESTUDOS DOS FATORES CLIMÁTICOS	16	
	MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS	40	
	NOÇÕES DE HIGIENE E PROFILAXIA	20	
	NUTRIÇÃO ANIMAL	60	
ZOOTECNIA – ANIMAIS DE PEQUENO PORTE	AVICULTURA	120	240
	PISCICULTURA	60	
	APICULTURA	40	
	CRIAÇÕES ALTERNATIVAS I – COTORNICULTURA, CUNICULTURA E RHEACULTURA	20	
ZOOTECNIA – ANIMAIS DE MÉDIO PORTE	SUINOCULTURA	120	240
	OVINOCULTURA	100	
	CRIAÇÕES ALTERNATIVAS II - CAPRINOCULTURA	20	
ZOOTECNIA – ANIMAIS DE GRANDE PORTE	BOVINOCULTURA DE CORTE	100	280
	BOVINOCULTURA DE LEITE	100	
	CRIAÇÕES ALTERNATIVAS III – EQUÍNO E BUBALINOCULTURA	20	
	FORRAGICULTURA	60	
ADMINISTRAÇÃO AGRÍCOLA	PLANEJAMENTO E PROJETOS	60	320
	GESTÃO E ECONOMIA	80	
	GESTÃO AMBIENTAL	40	
	NOÇÕES DE PROJETOS AGROINDUSTRIAIS	80	
	ÉTICA E RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO	40	
	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	20	
SUB-TOTAL			1.486
ESTÁGIO SUPERVISIONADO			360
CARGA HORÁRIA TOTAL - 1.846 HORAS			

ANEXO 3 - Grade Curricular, Ensino básico

ÁREAS DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Nº TOTAL DE PERÍODOS
		nº períodos por semana	nº períodos por semana	nº períodos por semana	
Linguagens, códigos e suas tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	4	4	480
	Língua Estrangeira Moderna	2	2	-	160
	Educação Física	2	2	2	240
Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	Matemática	3	3	3	360
	Química	3	3	3	360
	Física	3	3	3	360
	Biologia	3	3	3	360
Ciências Humanas e suas tecnologias	Geografia	2	1	1	160
	História	2	1	1	160
	Filosofia	-	-	1	40
TOTAL		24	22	21	2.680
CARGA					2.456 horas
HORÁRIA TOTAL DO CURSO					
Dias Letivos: 200					
Tempo: períodos de 55 minutos					
Número de semanas: 40					
Vigência: janeiro/2001					

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)